



ATA N.º 04/XII-1º/2017-18

1 - Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas 21H15, nas instalações do Centro Cultural de Almada, em Almada, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento de Funcionamento do Corpo de Voluntários de Proteção Civil de Almada”;
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)”;
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Derrama para o ano de 2018”;
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação do percentual relativo ao IRS para aplicar sobre os rendimentos do ano de 2018”;
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2018”;
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos para o ano 2018”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Dinamização das Áreas Urbanas Consolidadas:
 - 3.8.1 - Relatório de Monitorização da ARU do Pragal;
 - 3.8.2 - Relatório de Monitorização da ARU do Monte de Caparica”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Mesa relativa à Constituição de Comissões Especializadas Permanentes para o mandato 2017-2021, nos termos do n.º 2 do artigo 80.º do Regimento da Assembleia Municipal.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

- 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Deputados Municipais Bruno Dias (CDU), Margarida Lourenço (PS) e Ana Salvado (PS), solicitando a substituição por ausência nos dias 21 e 22 de dezembro.
- 4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os candidatos José Gabriel, em substituição de Bruno Dias, Débora Rodrigues, em substituição de Margarida Lourenço e Luísa Galvão, em substituição de Ana Salvado, tendo o candidato suplente Sérgio Bastos informado da sua indisponibilidade para estar presente nas reuniões de 21 e 22 de dezembro.
- 4.3 - A Sr.ª Presidente da União de Freguesias da Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nas reuniões de 21 e 22, sendo substituída no primeiro dia pelo eleito António Joaquim Oliveira e no segundo dia pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.
- 4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.5 - Foi comunicada a ausência dos Sr.s Vereadores Amélia Pardal (CDU) no dia 21 de dezembro e José Gonçalves (CDU) no dia 22 de dezembro, sendo substituídos pelo candidato Tiago Galveia (CDU).
- 4.6 - O Presidente informou o plenário dos requerimentos apresentados pelos Sr.s Deputados Sandra Branco Duarte (PAN) e António Pedro Maco (CDS-PP), solicitando informação à Câmara Municipal respetivamente sobre a Utilização de Herbicidas em Espaço Público e a Falta de Iluminação no Terminal de Cacilhas, enviados à consideração da Presidência da Câmara a 21 e 30 de novembro. O primeiro dos requerimentos já obteve resposta da Câmara, aguardando-se a resposta ao segundo.
- 4.7 - Foram ainda referenciadas a exposição dirigida pelo Grupo Municipal da CDU ao Presidente da Mesa sobre a Sessão Extraordinária de Novembro da Assembleia Municipal, exposição essa já



considerada na Conferência de Representantes que teve lugar a 14 de dezembro, assim como a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal.

4.8- O Presidente da Mesa referiu seguidamente que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 2/XII-1.º/2017-18 e 3/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.9 - Colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 2/XII-1.º/2017-18 e 3/XII-1.º/2017-18 e ratificada as Minutas da Atas, n.º 2/XII-1.º/2017-18 e 3/XII-1.º/2017-18, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Sr.s Munícipes Carlos Alberto Fernandes Maria e Jorge Miguel Pinto.

5.1 - O Senhor Munícipe Carlos Alberto Fernandes Maria:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui numa situação muito complicada pelo seguinte: eu sou deficiente, tenho uma deficiência de 86%, passado pelo Delegado de Saúde e tenho o justificativo passado pelo IMTT. Moro em Almada há 29 anos e moro na rua Mendes Gomes de Seabra. O lugar de deficiente que me foi dado foi na rua D. João I. A situação que eu venho aqui dizer-vos é o seguinte: o trânsito em Almada está caótico, eu saio com o carro para ir fazer os meus tratamentos ao Hospital de Santa Maria e quando chego por volta das 09H30, 10H00, 11H00, o lugar está sempre ocupado, 90% das vezes o lugar está ocupado. A ECALMA não está a trabalhar a essa hora, até mesmo durante o dia ou se eu saio com o carro, passada meia hora, uma hora o lugar está ocupado. Eu telefono para a polícia, o policia muito simpático diz-me que não tem possibilidades de me resolver esse problema. Eu tenho que andar a procura de lugar de deficiente, um lugar para colocar o carro porque os lugares estão ocupados. Na rua D. João I há 4 lugares de deficientes, todos eles com quem eu falo se queixam do mesmo problema. E, portanto, eu já pedi à antiga vereação para me resolverem o problema, nunca me o resolveram.

Eu vinha apelar a esta nova vereação o seguinte: se poderiam pôr os lugares de deficientes a matricula dos carros, como existe por exemplo em Lisboa, no Seixal e aqui em Almada fiz várias tentativas para resolverem esse problema até por escrito e nunca o resolveram. Era um assunto que eu gostava que fosse resolvido a bem dos deficientes, porque os deficientes não são deficientes por quererem ser deficientes, as pessoas são deficientes porque têm algum problema. Eu sou hemofílico desde nascença, tenho uma incapacidade de 86%, eu mereço respeito. Eu mereço respeito. Sou munícipe de Almada há 29 anos. E, portanto, se moro cá há 29 anos gostava que a vereação nova me tratasse como deve ser e gostava que pusessem no lugar de deficiente a matrícula do carro, ou dos carros, porque eu não falo só em mim, falo



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

no geral dos deficientes, e se a gente fala tanto dos deficientes e se o deficiente tem possibilidades de resolver isto e aquilo, eu acho que a Câmara de Almada tem que ser sensível a este problema. Porque uma pessoa chega a casa às 10H30, 11H00 e muitas vezes nem sou eu próprio que posso conduzir o carro porque tenho dificuldades de locomoção, tem que ser a minha mulher ou um dos meus filhos a conduzir-me e nós chegamos e o lugar está ocupado. A polícia não resolve o problema, não tem meios para resolver essa situação, a ECALMA não está a trabalhar e a gente fica de mãos e pés atados. Eu apelava a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada que tentasse através da sua vereação resolver este problema, se em Lisboa existe as matrículas dos carros, se no Seixal existe a matrícula dos carros eu acho que em Setúbal também existe a matrícula dos carros, porque é que em Almada não existe? Se Almada quer ser uma cidade nova e é, quer ser uma cidade moderna tem que resolver este problema e este problema é gritante para os deficientes. Portanto eu agradecia que me dessem depois uma resposta a esta minha solicitação, porque é uma solicitação acho que válida e correta e, portanto, gostava que depois me dissessem alguma coisa.”

5.2 - O Senhor Município Jorge Miguel Pinto:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vim aqui só fazer uma questão, penso que é da responsabilidade da, penso não, tenho a certeza que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada. Eu sou morador na Charneca de Caparica e tenho duas filhas de idade escolar e há uma escola que é a Escola de Santa Maria que está neste momento em construção. Na altura da campanha eleitoral foi colocado lá com pompa e circunstância que a mesma seria inaugurada em 2018-2019, tenho ouvido algumas informações de que afinal não será bem assim, gostaria de saber se, se confirma ou não, visto que a Escola a qual esta Escola vai pertencer, que é o Agrupamento Carlos Gargaté está com duplo horário, e isso tem todo o impacto que é uma Escola Jardim de Infância, Escola Primária, se as crianças não entram na Primária, faz com que a Escola a Carlos Gargaté tenha que ter alunos do 3º ano e do 4º ano e assim sucessivamente ou seja nunca conseguimos ter a Escola Carlos Gargaté com mais valências nomeadamente ir até ao 12º ano.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vice-Presidente, Vereador João Couvaneiro.

5.2.1 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer ao Senhor Carlos Alberto Fernandes Maria e ao Senhor Jorge Miguel Pinto as intervenções.



Sucintamente em relação à questão levantada pelo Senhor Carlos Alberto Fernandes Maria, quando pergunta porque é que não existe esse sistema em Almada, não lhe sei responder, mas posso-lhe responder que acho que não só pode existir como deve existir em Almada esse sistema de lugar de morador deficiente identificado.

Relativamente à ECALMA, permitam-me que faça aqui um pequeno parêntesis. Todos nós temos consciência que a ECALMA pode e deve funcionar melhor, que ela tem uma dupla função, tem a função de fiscalização, que neste caso também não está a conseguir cumprir plenamente o seu trabalho, e é evidente que a introdução de uma placa com a matrícula facilita em muito essa fiscalização porque basta confirmar o número da matrícula do carro que lá está estacionado com aquela que está reservada para o morador. Também outra questão, que é a questão de planeamento ao nível da mobilidade e muito particularmente do estacionamento. Ou seja, da mobilidade dos veículos. Nós estamos neste momento justamente a trabalhar nesse sentido de reforço de algumas das competências da ECALMA, reforço da possibilidade também do reforço da equipa e da formação acrescida da equipa.

Quero, no entanto, agora já com um profundo conhecimento de causa, deixar aqui também algo que deve ser dito relativamente aos trabalhadores da ECALMA e à situação da ECALMA. Quero deixar que descobrimos a situação dos trabalhadores da ECALMA a trabalharem em condições totalmente inaceitáveis, com escritórios em contentores, debaixo de frio, com material muitas vezes obsoleto e deficiente, onde chove lá dentro e, portanto, eu devo dizer aqui em Assembleia Municipal que considero absolutamente inaceitável as condições em que os trabalhadores da ECALMA estão a trabalhar. E considero inaceitável que assim se tenha prosseguido ao longo de anos. Houve um esforço nos últimos anos e esse esforço não foi criar novo espaço para os trabalhadores da ECALMA e no entanto havia outras possibilidades, foi pôr contentores, os tais contentores que todos nós tentamos combater nas mais diversas situações. Portanto quero deixar aqui, apesar de reconhecer que a ECALMA pode e deve fazer muito melhor o seu serviço, quero deixar aqui também uma palavra de solidariedade para com estes trabalhadores que pelas condições em que têm estado a trabalhar merecem esta solidariedade.

Dito isto é evidente que a questão de lugar de morador identificado, bom isso é uma questão de decisão da Câmara, estamos justamente a trabalhar junto da ECALMA para ver tudo o que há ao nível dos regulamentos e inclusivamente os parquímetros para fazer uma proposta global. Mas quero-lhe deixar aqui o nosso compromisso que sim, vamos instalar à semelhança do que outros Municípios fizeram, só demorará o tempo necessário para fazer a devida identificação, para as pessoas serem informadas, para se poderem inscrever, para haver atribuição do lugar identificado, não lhe sei dizer exatamente o que é que isto representa para se poder levar avante esta questão do lugar de morador identificado, mas



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

eu pessoalmente e o Executivo não vê qualquer razão para esse sistema não existir em Almada e, como já tenho dito várias vezes, considero que Almada tem de facto um atraso que não nos orgulha, como é obvio, em tudo o que são as questões da mobilidade e das questões de Concelho Inclusivo e é uma das nossas prioridades. Fazer de Almada um dos Concelhos mais inclusivos. Não conseguimos recuperar tudo num abrir e fechar de olhos, essa é uma daquelas medidas que não será muito longa a poder cumprir. Portanto quero deixar aqui já o meu compromisso.

Relativamente ao Senhor Jorge Miguel Pinto, de facto nós já estamos ao corrente do que se passa com a construção da Escola Santa Maria na Charneca de Caparica e, se me permite, passarei a palavra ao Senhor Vereador e Vice-Presidente João Couvaneiro, que é quem está a seguir mais diretamente o assunto que lhe poderá dar informações mais atualizadas.”

5.2.2 - O Sr. Vice-Presidente, Vereador João Couvaneiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Escola de Santa Maria tem um problema que é já conhecido desde que tomamos posse, que passa por um atraso nas obras, um atraso que neste momento é de 4 meses, um atraso em relação ao qual os serviços da DOM têm estado permanentemente a acompanhar toda a evolução das obras, tem havido inclusive, têm sido acionados todos os mecanismos que por via do contrato podem ser acionados no sentido de pressionar a empresa para que cumpra o prazo estipulado, neste momento há alguma apreensão quanto a capacidade da empresa para o fazer, posso dizer que ainda hoje falei com o Senhor Diretor de Departamento de Obras Municipais sobre este mesmo assunto, que disse que temos que fazer uma reunião com os promotores da obra no início de janeiro para verificar efetivamente a possibilidade de concluir a obra atempadamente.

Tanto quanto sabemos o valor de adjudicação da obra tem representado para a empresa que ganhou o concurso um problema, é o problema que tem sido alegado pela empresa, neste momento estamos naturalmente a ter todas as cautelas para simultaneamente agilizar o processo de construção, evitando que haja rotura por parte da capacidade da empresa para continuar a obra e portanto estamos a acompanhar o assunto, estamos com algum receio que não seja possível ter a obra concluída a tempo de iniciar o próximo ano letivo, mas as informações também recentes que foram colhidas no caso pelo Senhor Presidente de Junta, que teve o cuidado de partilhar comigo em conversa com o senhor Engenheiro responsável pela obra, dão garantias de que a obra estará concluída. Estamos a acompanhar o assunto, estamos a fazer tudo para que os nossos alunos possam no início do próximo ano letivo ter aulas em condições que não tiveram até hoje.”

5.3 - Usou ainda da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte.



5.3.1 - Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PAN quer só informar que por acaso hoje traz uma recomendação que vai exatamente no sentido do que o Senhor Carlos Alberto vem propor. Porque de facto é um problema que pessoalmente já venho sentindo há uma serie de tempo e as pessoas com quem tenho falado também referem muitas vezes. Depois terei a oportunidade de esclarecer melhor.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar:

6.1.1 - Pelo falecimento de Zé Pedro, apresentado pelo Sr. Deputado Luís Filipe Almeida Palma (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

José Pedro Amaro dos Santos Reis, conhecido como Zé Pedro, faleceu no dia 30 de novembro com 61 anos. Músico e um dos fundadores dos Xutos & Pontapés, banda do final dos anos 70, com quase quarenta anos de existência, é um dos ícones do Rock português e uma referência para várias gerações.

Zé Pedro foi uma figura marcante e carismática da cultura portuguesa. Contribuiu para quebrar barreiras culturais e demonstrou sempre um assumido compromisso cívico e social.

Foi autor de algumas músicas como “N’América”, “Se Me Amas”, “Submissão”, na qual foi vocalista, entre outras como “Não Sou o Único”, música escolhida pelos Xutos & Pontapés nas cerimónias fúnebres para homenagear o seu companheiro.

Zé Pedro e os Xutos & Pontapés estão intimamente ligados à Margem Sul e a Almada desde logo pelo que ao início da formação da sua banda diz respeito, como também pelos concertos que deram nos diversos palcos do Concelho.

Desde o primeiro concerto, ocorrido a 13 de janeiro de 1979 a 4 de novembro de 2017, data do último concerto dos Xutos & Pontapés, no Coliseu de Lisboa, em que Zé Pedro anunciou publicamente o seu estado de saúde, os Xutos & Pontapés difundiram a sua música para lá dos longos caminhos que os levaram a arrastar multidões e agregando várias gerações em volta da sua música.

Naquele que foi o seu último concerto, Zé Pedro deixou um obrigado a todos o que gritaram o seu nome e “fizeram com que tivesse força para continuar naquele palco até ao fim”, deixando ainda um obrigado especial aos seus companheiros de longa jornada: Tim, Gui, Kalú e Zé Cabeleira.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária CDU submete à Assembleia Municipal para consideração e aprovação a presente Moção-Deliberação:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 21 e 22 de dezembro de 2017, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, Músico e Homem da Cultura que foi Zé Pedro.
2. Apresentar à sua família, amigos e aos Xutos e Pontapés as mais sentidas condolências.”

6.1.2 - Pelo falecimento de Zé Pedro, apresentado pela Sr.^a Deputada Vanda Lima e Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

José Pedro Amaro dos Santos Reis, conhecido como Zé Pedro, faleceu no passado dia 30 de novembro de 2017, aos 61 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Nasceu em Lisboa, no dia 14 de setembro de 1956, no seio de uma família de sete irmãos. Viveu, até aos seis anos, em Timor, onde o seu pai, militar, estava destacado.

Em 1979, esteve na fundação dos “Xutos & Pontapés”, uma das bandas de maior reconhecimento e longevidade do Rock português.

Conhecido pela sua enorme alegria em cima do palco e fora dele, compôs alguns clássicos dos “Xutos & Pontapés” como “Submissão” (onde participa como vocalista), “N’América” e “Não Sou o Único”, os dois últimos do álbum “Circo de Feras” que em 1987 catapultou definitivamente a banda para a linha da frente da cena musical portuguesa.

A 9 de junho de 2004, foi, conjuntamente com os restantes membros da banda, agraciado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com o grau de Comendador da Ordem do Mérito, o que levou a que a imprensa apelidasse os “Xutos & Pontapés” como os “Comendadores do Rock”.

Nesse mesmo ano teve uma participação especial no filme Sorte Nula, de Fernando Fragata, onde interpretava o papel de um recluso fugitivo. Foi a sua banda que fez a banda sonora desse mesmo filme.

Zé Pedro foi um músico, um divulgador de músicas e de músicos, apaixonado pela vida e com uma curiosidade insaciável sobre os movimentos do mundo e as novas tendências pop e rock. Foi também colaborador de estações de rádio como a Antena 3, Vox e Radar.

Era um homem de qualidades invulgares, com uma generosidade contagiante, símbolo de uma geração que se transformou num ícone da cultura contemporânea no nosso país.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017 manifesta à família, amigos e aos “Xutos e Pontapés” o mais profundo pesar pelo desaparecimento de Zé Pedro.”

6.1.3 - Pelo falecimento de Roque Lino, apresentado pelo Sr. Deputado Henrique Margarido (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Faleceu, aos 79 anos, no passado dia 16 de novembro de 2017, José Maria Roque Lino.

Roque Lino nasceu em S. Vicente da Beira, Concelho de Castelo Branco, a 23 de outubro de 1938, filho de pequenos agricultores.



Discordando com o modo de vida e com as opiniões de seus pais, aos 17 anos resolve vir para Lisboa, matriculou-se na Faculdade de Direito e ao mesmo tempo trabalhava para sobreviver.

Em 1970 apesar das dificuldades que passou, desde a tropa a empregos mal remunerados, terminou a licenciatura em Direito.

Entre os diversos trabalhos que teve, enquanto estudante, dever-se-á assinalar o do jornal “República”, onde foi “acolhido pela mão do Dr. Alfredo Guisado”, iniciando deste modo os seus primeiros passos na política, tendo como objetivo o derrube do regime.

Conheceu o Dr. José Magalhães Godinho que teve uma grande influência no seu percurso político. Em 1969 aderiu à ASP (Associação Socialista Portuguesa) e em 1973 foi candidato a deputado por Lisboa, na lista do MDP/CDE.

Um dos fundadores do Partido Socialista, em 19 de abril de 1973, foi sempre ativo e empenhado na instalação da Democracia, Liberdade e Justiça Social, tendo definido o 25 de Abril como um “Marco Histórico para todos os cidadãos que combateram o regime fascista”.

No pós-25 de Abril foi fundador da secção de Almada do Partido Socialista e participou nos vários órgãos internos do partido.

Em 1977, foi secretário de Estado da Comunicação Social.

De 1982 a 1985 foi Deputado à Assembleia da República, tendo sido eleito pelo círculo eleitoral de Castelo Branco.

Em 1989, encabeçou a Lista Socialista para a Câmara Municipal de Loures e, nessa condição, exerceu o mandato de vereador.

Com grande aptidão para a escrita, foi colaborador de vários Jornais, onde se destaca “República”, “Portugal Hoje”, “Luta”, “Expresso”, “Diário de Notícias” e a “Capital”.

Neste momento de pesar, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 21 de dezembro de 2017, presta justa homenagem a este resistente antifascista e apresenta as suas mais sentidas condolências aos seus amigos e familiares.”

6.1.4 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, se me permite, em nome da Câmara Municipal de Almada, gostaria de nos associarmos ao voto de pesar pelo falecimento de Zé Pedro membro do grupo “Xutos e Pontapés”. Para as pessoas da minha geração e não só, penso que os “Xutos e Pontapés” foram de alguma maneira a representação da vivência em liberdade em Portugal. O surgimento deste grupo, que era um grupo que já não estava propriamente ligado aos movimentos da resistência, mas que era o grupo que introduziu de facto o Rock em Portugal, um dos grandes grupos que introduziram o Rock em Portugal, na sua música havia a vivência da liberdade. E isso penso também que acompanhou e esteve na base do grande carinho e do grande amor que o povo português sempre teve relativamente aos “Xutos e Pontapés”, era sempre qualquer concerto e em Almada houve vários



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

até por razões que sabemos, foi em Almada que eles ensaiaram muitas das suas musicas, e têm aliás uma ligação, não todos os “Xutos”, mas em particular o Tim, nomeadamente com o Sol da Caparica, mas esta ternura que sempre sentimos, esta comunhão dos espetadores, dos portugueses com os “Xutos e Pontapés” e particularmente pelo Zé Pedro, pela sua capacidade de empatia, a sua capacidade de generosidade, o seu humor, a sua constante delicadeza e gentiliza, eu penso que isso está muito na base do sucesso que os “Xutos e Pontapés” sempre tiveram e que no fundo vão obviamente guardar um lugar muito especial na história da música como é evidente, mas também na nossa memória coletiva, se me permitem na nossa memória afetiva coletiva.

O Zé Pedro já nós sabíamos que tinha algumas fragilidades de saúde, já nos tinha pregado alguns sustos, e por isso como às vezes acontece habituamo-nos a ter sustos, mas acho que nos esquecemos que ele um dia podia partir. Portanto o anúncio do seu desaparecimento foi tão dolorosamente vivido. Achamos que ele era eterno e de alguma forma é certamente eterno porque como disse ficará na memória de todos nós, ficará na memória cultural, na história cultural e musical do nosso país e será certamente uma figura, não apenas o seu grupo, mas ele em particular que da qual gostaríamos de falar e de transmitir aquele que é o seu legado aos nossos filhos. E, portanto, nessa medida a Câmara quer de facto associar-se.

Em relação ao outro voto de pesar pelo falecimento de Roque Lino, permitam-me que em meu nome pessoal e dos Vereadores do Partido Socialista também deixemos aqui uma palavra de reconhecimento, e aqui é mais em nome dos Vereadores do Partido Socialista e não por razões que entendem ao nível de toda a Câmara, ficando os outros Senhores Vereadores livres obviamente de se associarem se assim o entenderem.”

Não havendo pedidos de palavra foi verificado o quórum e passou-se à votação dos documentos, tendo sido aprovados por unanimidade os três votos de pesar.”

6.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Presidente da Mesa.

6.3 - Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE).

6.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda durante a campanha eleitoral, definiu a habitação e os transportes e a mobilidade como as áreas prioritárias para a sua intervenção neste mandato. E nós hoje queremos falar aqui principalmente sobre a habitação. Nós tivemos hoje todos e todas a notícia de que finalmente o Bairro da Jamaica, conhecido como Bairro da Jamaica no Seixal, vai ter uma solução começando o realojamento das pessoas nesse Bairro a partir de 2018, concretizando-se até 2022. Nós soubemos disto hoje apesar de já termos decidido falar



sobre isto antes. É importante que isto aconteça no Seixal, nós sabemos as condições de vida naquele Bairro e sabemos também que existem em Almada situações que são igualmente de extrema gravidade no que diz respeito às condições de vida de algumas partes da população.

Nos exemplos que nos surgem imediatamente são os das Terras da Costa na Costa da Caparica, os do 2º Torrão na Trafaria, mas há também o Bairro do Rato no Laranjeiro, na Quinta do Chegadinho, há muitos espaços destes e nós sabemos isto e tivemos hoje também a resposta a um requerimento feito no início de dezembro pela Vereadora do Bloco de Esquerda, Joana Mortágua que aqui está presente, sobre o levantamento de necessidades de realojamento e proteção social em matéria de habitação. A resposta chegou-nos hoje, foi dada ainda pelo Executivo anterior em setembro, e nessa resposta nós sabemos que existem 62 núcleos habitacionais no Concelho de Almada, são constituídos por 3051 (três mil e cinquenta e uma) habitações precárias e que existem no seu conjunto 2427 (dois mil quatrocentos e vinte sete) pedidos de habitação, por pessoas que não têm forma de pagar renda ou de pagar uma prestação na compra da sua habitação.

O artigo 65º da Constituição Portuguesa diz: todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto e que preservem a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Nós sabemos hoje que no Concelho de Almada, este artigo é violado ou não é respeitado pelo menos 5478 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito) vezes porque há 62 (sessenta e dois) núcleos habitacionais constituídos por 3050 (três mil e cinquenta) habitações precárias e há cerca de 2400 (duas mil e quatrocentas) pessoas à espera de uma habitação para viver. Nós cremos, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, que nós não podemos chegar ao fim deste mandato nestas condições com esta situação. E, portanto, passado que está o período de transição dos novos membros do Executivo da Câmara, dos novos Deputados e Deputadas Municipais, das novas Assembleias de Freguesia, dos novos Executivos das Juntas de Freguesia, é importante que nós passemos à ação, vamos ao terreno e percebamos o que é que podemos fazer por estas pessoas, principalmente eu falo com muita premência sobre a situação no 2º Torrão. Eu tenho a noção que tudo o que está a ser feito no sentido de levar eletricidade à casa das pessoas são coisas positivas, eu sei é que isso não vai resolver a falta de condições daquelas habitações, eu sei que as pessoas recorrem a aquecedores, recorrem a todo o tipo de solução no sentido de aquecerem as crianças, de aquecer os mais velhos naquelas casas. Mas não resolvem o problema no dia-a-dia, não resolvem o problema da sua vida. Eu acredito e nós acreditamos também que o que ali está pode eventualmente ser uma catástrofe à espera de acontecer quer pela situação geográfica onde o bairro se encontra, quer pelas condições onde o bairro está construído. Sabemos hoje que a estrada que é uma



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

estrada de principal acesso para o bairro, em caso de catástrofe, dificilmente um carro de Bombeiros poderá ali passar.

Nós temos que resolver estas situações e aquilo que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o desafio que lança nesta Assembleia Municipal a todas e a todos, é de a partir de janeiro ou de fevereiro uma vez formadas as Comissões Especializadas desta Assembleia Municipal, passemos à criação de um grupo de trabalho específico para resolver esta situação, um compromisso de toda a Assembleia Municipal, de todos os autarcas e que passemos de facto à ação para resolvermos a situação da vida destas pessoas.”

6.4 - Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os Deputados Municipais:

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Em reconhecimento da ação dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada”

6.4.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ao longo dos anos a Assembleia Municipal de Almada tem vindo a acompanhar a ação das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Almada, de Cacilhas e da Trafaria, a dedicação dos seus Dirigentes e o empenho e desempenho das nobres missões dos seus Bombeiros e Bombeiras e respetivos Comandos.

No anterior mandato que decorreu entre outubro de 2013 e outubro de 2017 a Assembleia Municipal de Almada aprovou doze deliberações de reconhecimento e testemunho da ação altamente meritória dos Bombeiros e Bombeiras do nosso Concelho de Almada.

Assim foi por exemplo em 2014 em que a Assembleia Municipal homenageou todos aqueles que se entregaram com humildade ao ideal de vida por vida, à fraternidade, à ajuda ao próximo. Saudou os Bombeiros que têm vindo a ser agraciados com medalhas municipais de bons, distintos e brilhantes serviços prestados. Agradeceu reconhecidamente aos dirigentes, aos sócios e às corporações de bombeiros que através da sua ação altruísta, empenho e desempenho valorizavam o papel das suas associações humanitárias no serviço que prestavam às populações e ao país, manifestando reconhecimento e gratidão aos Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria.

Assim foi em 2015 no grave incêndio florestal que eclodiu na zona da Quinta do Texugo/Foz do Rego na freguesia da Charneca de Caparica que envolveu 180 operacionais e 61 viaturas, dos quais 138 bombeiros e que determinou uma calorosa saudação aos homens e mulheres envolvidos na operação de combate e socorro e o reconhecimento de entre eles da abnegada e competente atitude dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria.



Assim foi também em 2016 por exemplo com a Saudação às três Associações de Bombeiros Voluntários pelo inestimável contributo na preservação da nossa área florestal e na segurança da nossa população, que de forma abnegada ano após ano, levando se necessário fosse a consigna “Vida por Vida” às últimas consequências. Aos Soldados da Paz continuamos a dizer que a nossa gratidão nunca será suficiente.

Assim foi ainda em 2017 por exemplo, pela disponibilidade e prontidão, profissionalismo e bravura com que os Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria - que reafirmando a consigna “podemos não voltar, mas vamos” que inspira e anima estes homens e mulheres verdadeiros heróis, fizeram descolar meios humanos e materiais significativos no auxílio ao combate à catástrofe e seus efeitos dos devastadores incêndios registados na região centro do país, que ceifavam vidas e destruíram bens.

Registo também para as deliberações anuais da Assembleia Municipal de Almada no âmbito da apreciações dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança em cumprimento da Lei nº 33/98, de 18 de julho em que por exemplo em junho de 2017 e sobre os Bombeiros, destaca a atividade em 2016 dos três Corpos de Bombeiros do Concelho Almada, Cacilhas e Trafaria no apoio à população traduzido em 37.857 alertas, o empenho de 89.187 bombeiros, 39.864 viaturas, percorrendo 1.073.137 quilómetros e utilizando 107.727 horas. Acresce que os nossos Bombeiros têm vindo assiduamente a ser chamados a apoiarem situações graves de fogos florestais de norte a sul do país em que apenas no ano de 2016 registou 136 deslocações, empenhando 163 veículos e 746 bombeiros.

Os nossos Bombeiros e Bombeiras e as Associações em que se integram de Almada, Cacilhas e Trafaria merecem o seu “Dia Municipal”, merecem o Apoio e Respeito do Estado e do seu Poder Local, merecem o reconhecimento e a gratidão da população do Concelho de Almada pois “Nunca lhes seremos suficientemente gratos”.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária CDU submete à Assembleia Municipal para consideração e aprovação a presente Moção-Deliberação:

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos das alíneas j) e k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Manifestar reconhecimento e gratidão à Corporações de Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Almada, Cacilhas e Trafaria, assim como aos seus Dirigentes e Associados, testemunhando a sua dedicação humanista e amor ao próximo e o seu empenho, profissionalismo e bravura na segurança da comunidade almadense e das pessoas e bens das suas onze freguesias.
2. Pronunciar-se favoravelmente ao necessário apoio anual do Município às três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho.



3. Considerar ser de elementar justiça que os Bombeiros, sendo entidades sem fins lucrativos e desempenhando um importante e imprescindível papel na proteção civil, na assistência aos doentes e sinistrados e no combate aos incêndios que:

3.1. Sejam isentados do pagamento dos Impostos Especiais de Consumo, inscritos no respetivo código (Código-Lei nº 73/2010, de 21 de junho), no âmbito das missões de proteção civil que desempenham, tendente a reduzir o valor que os bombeiros pagam em combustíveis.

3.2. Seja assegurado o direito de devolução do IVA suportado pelos Bombeiros na aquisição de bens e serviços necessários à sua intervenção no âmbito das missões de proteção civil como de socorro, assistência a doentes, apoio e combate a incêndios, independentemente do direito à dedução do IVA relativo a operações não isentas.”

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Os Incêndios Florestais - Solidariedade com as Populações”

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os fatídicos incêndios de 17 de junho e 15 e 16 de outubro passado que assolaram o centro e norte do País vitimaram mais de uma centena de pessoas, destruíram centenas de habitações e mais de 400 milhares de hectares de florestas e matos, atingindo ou mesmo destruindo explorações agrícolas, atividades económicas e empregos, dão expressão à dimensão e dramatismo da catástrofe.

As condições climatéricas deste Verão foram únicas e brutais e terão estado na origem imediata da situação dramática vivida, mas importa sublinhar que as condições da Floresta Nacional pela falta de ordenamento e agravado pela ausência de prevenção estrutural, foram situações que favoreceram a catástrofe.

Importa considerar a desertificação económica e humana de cada vez mais vastos territórios, pela liquidação de explorações agroflorestais; a falta de rentabilidade económica e a desenfreada expansão do eucalipto; o desordenamento florestal e a falta de cumprimento mínimo da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, enquanto fatores responsáveis pela situação de catástrofe verificada.

A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais e suas consequências têm correspondência com as políticas de sucessivos governos que conduziram à destruição do mundo rural, ao definhamento da agricultura e da floresta e ao abandono do interior do País.

A avaliação da situação e a identificação das medidas a tomar, quanto à situação da floresta portuguesa, ao estado de prevenção estrutural, às medidas de deteção e às



deficiências na operação de combate estão feitas e bem feitas, referem os técnicos e os políticos, designadamente nos Relatórios e Pareceres da Assembleia da República na sequência dos incêndios que desde 2003 martirizam o País e que também no fundamental são confirmados no Relatório da Comissão Técnica Independente tornado público ultimamente sobre os fogos florestais do verão passado.

Os fogos florestais deste verão têm um trágico impacto humano, económico, social e ambiental, devendo ser assumido como questão nacional que a todos diz respeito.

Almada, as suas gentes e o seu município não podem ser indiferentes, desde a forte comunidade Beirã residente, sejam oriundos ou descendentes, expressa em muitas atividades económicas em que participam, quer também na atividade social e cultural com coletividades de carácter regional com sede em Almada, como são o caso da União e Progresso do Barril de Alva, através da qual foi mantida uma relação de intercâmbio com o Município de Arganil, do Grupo Etnográfico Raízes do Sobral Gordo, do Grupo de Danças e Cantares do Soito da Ruiva, da Comissão de Melhoramentos do Sobral Gordo.

Também a propósito de incêndios florestais e políticas de defesa da floresta importa considerar o até hoje grande sucesso para a Proteção Civil Municipal com a Operação anual de Vigilância e Prevenção de Fogos Florestais do Concelho de Almada, denominada “Operação Floresta Segura, Floresta Verde” que é implementada anualmente há mais de 15 anos.

É uma operação com especial incidência na Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, na Mata dos Medos e na Mata do Arsenal do Alfeite, totalizando mais de 1.535 hectares, em que por exemplo em 2016 registou 107 ocorrências, que foram fogachos de imediato controlados, sendo considerado como não tendo havido qualquer incêndio florestal, no entanto e no âmbito da prevenção de incêndios e segurança dos cidadãos importa ter presente a absoluta necessidade de execução da obra alargamento e requalificação da Estrada Florestal da Costa da Caparica proposta apresentada com projeto elaborado pelo Município anualmente desde 2014 e ainda não concretizada pelo Governo.

É neste contexto de experiência partilhada, de pesar, de reconhecimento e de solidariedade que o Grupo Municipal da CDU apresenta para consideração do Plenário da Assembleia a presente moção.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de dezembro de 2017, ao abrigo, nos termos e para os efeitos das competências próprias inscritas no artigo 25º, nº 2, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Manifestar a todas as populações atingidas e, em particular pelas vítimas e seus familiares, o seu pesar e a mais profunda e ativa solidariedade.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2. Declarar o mais profundo reconhecimento a todos os que, em todas as áreas da proteção civil, designadamente aos Bombeiros e às Forças de Segurança, intervieram e intervêm para ajudar as pessoas, defender vidas e minimizar danos e prejuízos.
3. Considerar, junto do Governo, da Assembleia da República e da Presidência da República, ser absolutamente necessário políticas de apoio às vítimas da catástrofe, assegurando nomeadamente 1ª habitação, mas também apoios a 2ª habitação, potencial económico, infraestruturas e equipamentos públicos, assim como de incentivo e valorização do mundo rural, da agricultura e florestas e de fixação de população no interior do país.
4. Considerar importante a gestão pública das matas nacionais reforçada com meios humanos, financeiros e logísticos para uma efetiva atividade no terreno.
5. Reclamar o cumprimento e aplicação prática da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégica Nacional das Florestas, do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Relatórios e Pareceres da Assembleia da República e da Comissão Técnica Independente.”

6.4.3 - O Sr. Deputado Municipal José Rocha (BE) para apresentar a Recomendação “Sobre a Necessidade de Intervenção em Dois Painéis de Arte Pública”

6.4.3.1 - O Sr. Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em Almada existem vários exemplos de Arte Pública. No sítio da internet da Câmara Municipal existe mesmo um espaço específico, dedicado aos mais de 50 monumentos espalhados pelas 11 freguesias do concelho. Aí podemos ler que «esta rede pública, acessível a todos os cidadãos, resulta de uma política de investimento da Câmara Municipal de Almada, que tem encomendado peças a artistas nacionais e locais.

Com esta medida a autarquia pretende estimular a criação artística, por um lado, ao qualificar o espaço público, por outro, ao mesmo tempo que se eternizam, no espaço e no tempo, temáticas, valores e ideais coletivos que importa sublinhar.»

Em 2004, a autarquia associou-se ao Observatório de Arte Pública e Design Urbano. Este observatório, criado em 1994, é uma iniciativa informal impulsionada pela Universidade de Barcelona, e que congregou posteriormente várias Universidades no contexto dos Programas Intensivos da União Europeia “ERASMUS”, servindo de plataforma para a criação de uma Rede Temática de Arte Pública. Esta rede tem como parceiros, para além da própria Câmara Municipal de Almada, a Câmara Municipal de Barcelona, a Câmara Municipal de Saragoça, o Consórcio La Mina (Sant Adrià de Besòs, Barcelona), a Faculdade de Belas Artes de Lisboa, a Universidade de Barcelona, a Universidade Complutense de Madrid e o Observatório Aragonês de Arte Pública.



A 5 de Maio 2006 teve lugar na Casa da Cerca, em Almada, uma reunião desta plataforma. Desta reunião resultou a *Carta de Almada, Arte Pública e Design Urbano: Produção, gestão e difusão*. Nesta Carta são enunciados vários princípios, objetivos e necessidades. Destes destacamos aquele em que se lê que «*a Arte Pública e o Design Urbano constituem uma parte importante do património móvel de uma cidade e que, como tal, deveria ser inventariado, protegido e conservado*».

Acontece que dois dos monumentos identificados pela autarquia como parte integrante desta rede de Arte Pública apresentam, por motivos distintos, sérios riscos de desaparecimento, tal o estado de degradação em que se encontram.

O mais antigo situa-se na freguesia do Pragal, na Rua Direita e trata-se da *Evocação de Fernão Mendes Pinto*, um painel em relevo, inaugurado em 1985, da autoria de Francisco Bronze e Jorge Pé-Curto. Nele é estabelecida uma relação entre os últimos anos de vida de Fernão Mendes Pinto, passados no Pragal, e a sua obra *Peregrinação*. Está há vários anos votado ao mais completo abandono, encontrando-se, neste momento completamente grafitado.

O outro, mais recente, situado na freguesia da Cova da Piedade, na Avenida 23 de Julho, tem o título de *Painel da Cova da Piedade*, um painel cerâmico que homenageia as várias profissões exercidas pelos habitantes desta freguesia, ao longo dos tempos, da autoria de Carlos Canhão e José António Silva e inaugurado em 1996. Apresenta vários problemas, sendo o mais grave o sério risco de derrocada por força da deslocação das terras que ficam por cima do muro onde está instalado o painel. Há várias fissuras e já há vários azulejos partidos e irremediavelmente perdidos.

É importante que a autarquia aja em conformidade com as políticas que subscreve e promove. É, igualmente, importante a preservação da memória e património públicos. É, finalmente, importante preservar o trabalho dos artistas demonstrando por eles o respeito que merecem.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 21 de Dezembro de 2017, em Almada, delibera:

- 1) Recomendar à Câmara Municipal de Almada que tome as medidas necessárias, com a urgência necessária, no sentido de ir ao encontro do que está plasmado na Carta de Almada e de forma a que seja possível preservar e dar a devida dignidade a estes dois exemplos de Arte Pública do concelho de Almada.
- 2) Que o processo de recuperação e restauro dos dois murais identificados seja acompanhado pelos autores dos mesmos, na medida do possível e se for essa a sua vontade.”



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.4 - A Sr.^a. Deputada Municipal Inês Bom (BE) para apresentar o “Voto de Condenação pelo Reconhecimento de Jerusalém como Capital do Estado de Israel pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump”

6.4.4.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Inês Bom (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por iniciativa do seu Presidente, Donald Trump, os Estados Unidos da América reconheceram Jerusalém como capital do Estado de Israel, tendo ainda anunciado a pretensão de, num futuro próximo, transferir a sua embaixada de Telavive para esta cidade.

Esta decisão, que não conhece precedente na história diplomática internacional, atenta contra todos os esforços de paz, do passado e do presente, e patrocina a perpetuação do conflito israelo-palestiniano, configurando assim uma ameaça à estabilidade social de toda a região do Médio Oriente.

A Organização das Nações Unidas nunca reconheceu Jerusalém como capital do Estado israelita, nem mesmo a ocupação de Jerusalém Oriental em 1967, posição que tem sido seguida pela comunidade internacional, que tem sediado os seus serviços diplomáticos em Telavive.

Jerusalém é considerada sagrada por cristãos, judeus e muçulmanos, e é por isso que a ONU tem recomendado que o estatuto de Jerusalém seja negociado entre israelitas e palestinianos. Aliás, nos Acordos de Oslo, na década de 90, o estatuto final da cidade de Jerusalém foi remetido para futuro acordo entre as partes, reconhecendo a necessidade de uma solução negociada e consensualizada no quadro da evolução do processo de paz.

Como tem sido afirmado por várias personalidades, esta decisão representa uma “ato de vandalismo internacional” que toda a comunidade internacional deve rejeitar. Não é aceitável que, por um mero ato de campanha interna, a Administração Norte-Americana ponha em causa os esforços de paz naquele território.

Com esta decisão os Estados Unidos deixam de poder apresentar-se como um mediador imparcial no conflito israelo-palestiniano e a solução de dois Estados torna-se cada vez mais difícil. Entretanto, nos territórios ocupados da Palestina mais de 600 000 colonatos provam o expansionismo sistemático da ocupação israelita.

Hoje, mais do que nunca, a comunidade internacional deve declarar solidariedade com a causa do povo palestiniano e contribuir para o reconhecimento do Estado da Palestina com a sua capital em Jerusalém Leste.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 21 de Dezembro de 2017, delibera:

1. Condenar o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, e afirma o seu entendimento de que só o



cumprimento do Direito Internacional e o reconhecimento do Estado da Palestina conduzirão a uma decisão negociada quanto ao estatuto final da cidade e a uma solução pacífica do conflito entre Israel e a Palestina.

2. Enviar este voto ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Embaixador da Palestina em Portugal.”

6.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Pela Reposição dos Órgãos Autárquicos nas Onze Freguesias do Concelho de Almada”

6.4.5.1 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do Poder Local Democrático, conquista do 25 de Abril consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado, a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a redução de milhares de eleitos de freguesia, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

O processo de extinção de freguesias traduz um evidente empobrecimento do nosso regime democrático, e está envolto em falsos argumentos como a eficiência e coesão territorial. A extinção de freguesias conduziu à perda de proximidade entre eleitos e populações e à redução da capacidade de intervenção. Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias, reduzindo ainda a participação das freguesias nos impostos diretos do Estado.

Em Almada assistimos ao desenvolvimento do concelho que originou a criação de onze Freguesias em resultado da vontade das populações e da necessidade em corresponder aos seus anseios. Em Almada, populações, eleitos, movimento associativo, comunidade educativa e outros ativistas locais, sempre manifestaram inequivocamente a sua vontade em manter as onze Freguesias com os seus respetivos órgãos autárquicos, afirmando a relação de proximidade e participação com as populações, razão primeira para a existência do Poder Local Democrático, e a melhoria dos serviços públicos.

A reforma administrativa imposta, sem consideração pela opinião das freguesias, das populações e da pronúncia dos órgãos autárquicos, não resolveu os principais problemas



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

com que estas se confrontam. Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. Considerando a realização do XVI Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) agendado para os dias 26, 27 e 28 de janeiro do próximo ano na cidade de Viseu, entendemos ser fundamental discutir e refletir no âmbito do contexto da experiência do mandato anterior, sendo possível com os dados concretos de que dispomos avaliar a reforma administrativa de que fomos alvo. É nosso dever colocar todas estas questões em cima da mesa sem qualquer receio, para bem do serviço que prestamos às nossas populações e pela melhoria que queremos nele introduzir.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária CDU submete à Assembleia Municipal para consideração e aprovação a presente Moção-Deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos das alíneas j) e k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Pugnar pela reposição dos órgãos autárquicos nas onze Freguesias do Concelho de Almada, extintos em seis delas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos, garantindo a proximidade do Poder Local Democrático e melhores serviços públicos às populações.
2. Afirmar o XVI Congresso da ANAFRE como espaço de discussão e avaliação da reforma administrativa ocorrida em 2013 e oportunidade para assumir novas e necessárias orientações no domínio da intervenção das Freguesias.
3. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição dos órgãos extintos das Freguesias em todos os municípios onde seja essa a vontade expressa das populações, organizações sociais e órgãos municipais.”

6.4.6 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a Moção “Quartel da GNR Caparica/Trafaria”

6.4.6.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As forças policiais têm na sua missão a proteção e o bem-estar das pessoas e bens promovendo as suas condições de segurança com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública e o garante do cumprimento da lei assegurando assim o normal funcionamento das instituições democráticas. Zelam ainda as forças policiais pelo respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

As referidas forças têm desta forma, um papel crucial no combate ao crime e na preservação dos bens materiais dos cidadãos sendo ainda uma força, no caso da GNR,



detentora de atribuições e competências de natureza militar, tudo isto, no estrito respeito pela legalidade e pelos princípios do estado de direito e democrático.

Desta feita, e para que a sua missão seja cumprida na íntegra com entrega e abnegação, os profissionais de segurança da GNR, da PSP e das demais forças policiais, Corpo da Guarda Prisional e Polícia Marítima, devem dispor de condições condignas que permitam a concretização dos seus objetivos com rigor e com profissionalismo tendo como principal finalidade zelar pelo bem-estar do cidadão e dos bens deste.

No concelho de Almada essa segurança e a proteção dos cidadãos está assegurada (em terra) pelas unidades que compõem a Guarda Nacional Republicana (Charneca da Caparica/Sobreda, Caparica/Trafaria e Costa da Caparica) e pela Polícia de Segurança Pública (Almada/Cova da Piedade/Cacilhas/Pragal e Feijó/Laranjeiro) que cumprem diariamente com o escrupuloso dever que é a manutenção da ordem pública e o cumprimento da lei ajudando a assegurar a paz social e a harmonia da coletividade.

Contudo, essas condições, por vezes, ficam muito aquém das condições necessárias e elementares para que os militares da guarda e os agentes da polícia possam exercer de forma profícua e com o máximo profissionalismo e prontidão a missão pela qual juraram bandeira.

No caso específico do posto da GNR da Trafaria, essas condições degradam-se de há muito tempo para cá.

A falta de espaço, a falta de privacidade, a degradação física das instalações onde os guardas exercem quotidianamente o seu serviço e pernoitam nas suas merecidas horas de descanso, tal como a falta de visibilidade e identificação do posto, tornam a urgência na construção de um novo quartel da GNR Caparica/Trafaria, uma prioridade que deve ser tida em conta.

A implementação de melhores condições de trabalho para os militares da guarda tornará o serviço prestado às populações com melhor qualidade, com mais rapidez e com mais proximidade, aumentando o sentimento de confiança e segurança junto das pessoas.

Tendo as duas localidades que estão sob jurisdição da GNR características que potenciam a necessidade de ter uma força de segurança que possa atuar em condições adequadas e salvaguardar as populações como é o caso da população idosa, população estudantil, zonas empresariais e de comércio tal como zonas já identificadas pelas autoridades como de risco considerável em termos de segurança e ocorrências que necessitam de uma prontidão eficaz para o cumprimento do seu dever e zelo pelas pessoas, é prioritário que a questão do novo quartel da GNR possa ser resolvida com a máxima brevidade.

Assim, e em consideração com as preocupações manifestadas pelas populações da Caparica e da Trafaria tal como a preocupação de atender às necessidades manifestadas pelos



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

militares da GNR da mesma corporação pela ausência de resposta no que respeita à melhoria das suas condições de trabalho relativas à construção de um novo quartel com condições adequadas ao cumprimento da sua missão, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 21 e 22 de Dezembro de 2017 na localidade de Almada, vem desta forma:

- 1 - Manifestar preocupação pela ausência de resposta das sucessivas tutelas no que respeita à implementação de soluções à medida das necessidades da força de segurança da GNR na Trafaria e da proteção das populações
- 2 - Exigir junto da tutela a construção do novo quartel da GNR na zona do PIA, como uma prioridade inadiável como é pretensão da GNR e das populações
- 3 - Reconhecer as má condições do Quartel da GNR localizado na Trafaria, condições essas que colocam em causa a operacionalidade dos guardas daquela força de segurança
- 3 - Manifestar solidariedade com as populações da Caparica e da Trafaria tal como à GNR da mesma localidade na tentativa de se encontrar com brevidade uma solução para esta falta de resposta.”

6.4.7 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a Moção “Terminal Fluvial de Cacilhas”

6.4.7.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Considerando que:

- 1 - O Terminal Fluvial de Cacilhas é uma infraestrutura do Grupo Transtejo, integrada no equipamento para a prestação de serviço público de transporte fluvial entre as duas margens do Rio Tejo, parte do sistema global da Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente entre Cacilhas/Cais do Sodré.
- 2 - Do mesmo Terminal fazem uso diariamente milhares de utentes que escolhem o transporte fluvial para atravessar as duas margens.
- 3 - O Terminal Fluvial de Cacilhas está integrado numa rede de transportes que prestam serviço público, como são o caso da TST (Transportes Sul do Tejo), da MTS (Metro Transportes do Sul) e de Táxis, sendo ainda complementado por estacionamento automóvel.
- 4 - É da máxima utilidade a fomentação dos transportes públicos colectivos, tendo em vista também o descongestionamento do tráfego automóvel dentro das cidades, diminuir o tempo de deslocação das viagens, e a criação de bons hábitos ambientais, por exemplo, com o uso de transportes alternativos como a bicicleta, mitigando a emissão de gases poluentes na atmosfera.
- 5 - O Terminal em apreço é um equipamento que data de 1978, tendo sofrido obras de remodelação em 2010, nomeadamente, com a instalação de sanitários e o posto de venda de bilhetes.



6 - O telhado da infraestrutura em questão é constituído por placas de fibrocimento, sendo que o mesmo não foi intervencionado aquando das obras de remodelação do Terminal.

7 - Está provado que a exposição continuada às partículas libertadas pelas placas de fibrocimento é potenciadora de graves problemas ao ambiente e, neste caso, à saúde dos utentes e funcionários do terminal de Cacilhas

8 - Esta complementada na Missão do Grupo Transtejo a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeiros, social e ambiental, tal como nos Valores complementados do mesmo grupo, onde se realça o respeito pelos direitos das pessoas e a proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens.

9 - Que em resposta à Pergunta regimental da Assembleia da República nº 3355/XIII/ 2.ª de 22 de fevereiro de 2017, a tutela, Ministério do Ambiente, após consulta à Transtejo, afirmou que estaria planeada para o ano de 2017 uma intervenção no Terminal Fluvial de Cacilhas, a qual compreende entre outros, a remoção da atual cobertura do Terminal e a sua substituição por uma cobertura nova e em segurança.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 21 e 22 de Dezembro de 2017, na localidade de Almada, delibera:

1- Uma vez que o ano de 2017 está a findar, e ao contrário do que prometeu a tutela, não se conhece em concreto qualquer previsão para intervenção na Estação Fluvial de Cacilhas, nomeadamente, a remoção do telhado da mesma infraestrutura, a Assembleia Municipal de Almada vem exigir do Governo com a máxima urgência, as obras de requalificação e remoção do respetivo telhado, contribuindo para a diminuição da perigosidade da potencial exposição dos utentes a partículas de amianto.”

6.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Solidariedade com o Povo da Palestina. Não ao Reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como Capital de Israel”

6.4.8.1 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O recente anúncio do Presidente norte-americano de reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel, associado à igualmente recente decisão de transferir a Embaixada dos EUA em Israel para a cidade capital da Palestina, constituem elementos adicionais na desumana escalada da política de agressão prosseguida pelo governo de Israel ao Povo martirizado da Palestina e uma provocação de enorme dimensão a todos os povos árabes, envolvendo imprevisíveis consequências e enormes perigos para a segurança e a paz na região e em todo o mundo.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta decisão do Presidente norte-americano viola claramente todas as normas do Direito Internacional, incluindo as múltiplas resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) sobre o estatuto de Jerusalém.

Sublinham-se, neste quadro, as Resoluções da ONU número 478 (20 de Agosto de 1980), a qual determina de forma inequívoca a saída das missões diplomáticas da Cidade de Jerusalém, e número 2334 (Dezembro de 2016), a qual condena a continuada expansão de colonatos israelitas em território palestino e reitera que o estatuto de Jerusalém apenas pode ser decidido pela via negocial.

Esta decisão não pode ser desligada de outras medidas que a Administração norte-americana pretende colocar em prática e prosseguir naquela região do planeta, destacando-se neste âmbito as iniciativas tendentes a sabotar o acordo nuclear estabelecido com o Irão, as incursões militares de Israel em território sírio, a intenção da criação de uma estrutura político-militar do tipo da NATO no Médio Oriente, particularmente dirigida contra o Irão e envolvendo os regimes ditatoriais do Golfo Pérsico, dos conflitos fomentados e alimentados pelo aliado histórico dos EUA, a Arábia Saudita, contra o Líbano e outros países da região, os novos ataques terroristas em países como o Egito, as insistentes declarações de dirigentes de Israel ameaçando desencadear conflitos militares diretos com o Irão e o Líbano, entre outros múltiplos aspetos.

Num quadro de degradação generalizada da situação na Palestina e em geral no Médio Oriente, fomentado pelo governo do Estado de Israel apoiado pelos sectores belicistas que influenciam de forma determinante a Administração norte-americana, e num quadro de integral respeito pela Constituição da República Portuguesa e pelas decisões da Assembleia da República respeitantes ao reconhecimento do direito do povo palestino à edificação do Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Leste - torna-se imperioso e urgente que o Governo português, bem como outras instâncias e setores do poder político em Portugal, assumam claramente a condenação inequívoca da decisão tomada pela Administração norte-americana.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU) submete à Assembleia Municipal de Almada, para consideração e aprovação a presente Moção/Deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos das alíneas j) e k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Expressar, enquanto órgão do Poder Local Democrático amante e profundamente empenhado na construção de um caminho de paz e de segurança para todos os Povos, a



sua firme oposição às medidas de reconhecimento da Cidade de Jerusalém como capital do Estado de Israel e a transferência da embaixada dos Estados Unidos da América para aquela cidade, recentemente anunciadas pela Administração norte-americana, bem como aos planos e ameaças de escalada nas agressões militares, que já destruíram vários países do Médio Oriente e que representam uma muito real e grave ameaça à paz na região e no mundo.

2. Reafirmar a sua solidariedade sempre testemunhada ao povo palestino e à sua legítima e heroica luta de sete décadas pelo direito à constituição dum Estado soberano e viável, nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Leste, e pelo respeito do direito de regresso dos refugiados palestinos que a política de expansão e ocupação da Palestina por parte de Israel gerou.
3. Reafirmar o seu contributo ativo para o reforço do movimento internacional de solidariedade com o povo palestino, hoje mais necessária do que nunca.”

6.4.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Sónia Silva (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Falta de Qualidade e Segurança nos Transportes Públicos. Não aos Aumentos de Preços Anunciados pelo Governo”

6.4.9.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A mobilidade é um direito e uma necessidade das populações do nosso Concelho que continua sem uma resposta na capacidade de oferta adequada por parte das empresas que operam e servem os utentes dos transportes coletivos públicos.

Os sucessivos atrasos e cortes de carreiras da Transtejo resultante da falta de investimentos suficientes que satisfaçam as necessidades de manutenção regular da frota e renovação das embarcações, com as consequências conhecidas nos certificados de navegabilidade.

O mau serviço público prestado pela TST, oferta insuficiente, mesmo nas chamadas horas de ponta, a partir das 20h00 e aos fins de semana para locais fora do eixo central da cidade.

Aliás, os transportes públicos devem servir, também, para se poder usufruir do direito à cultura, ao lazer e à participação cívica.

A situação caótica no Metropolitano de Lisboa e a insuficiente resposta da Carris.

A ausência de articulação/coordenação entre todos os operadores, o que implica aumentar os tempos de espera e deslocação.

A crescer a tudo isto uma excessiva política de preços, tendo em conta os baixos salários e pensões de reforma da generalidade dos utentes, e desincentivadora da utilização dos transportes públicos, nomeadamente:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- a. Pela manutenção dos operadores Fertagus e MTS fora do sistema do passe intermodal, apesar dos milhões de euros que recebem do Estado;
- b. Pela não revisão dos limites das coroas geográficas formadoras dos preços do passe social intermodal o que provoca preços excessivos.

A inexistência de políticas públicas que promovam uma efetiva atratividade dos transportes públicos tem contribuído para privilegiar o transporte individual, com as implicações e os custos energéticos, ambientais e de sobrecarga de tráfego conhecidos. São, também, um fator de exclusão social para largas camadas da população.

É neste quadro de degradação acentuada das condições em que os utentes são transportados, dos preços já tão elevados, que o Governo anunciou e defende o aumento dos transportes.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU) submete à Assembleia Municipal de Almada, para consideração e aprovação a presente Moção/Deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos das alíneas j) e k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Manifestar o seu profundo desacordo com os aumentos anunciados pelo governo.
2. Reclamar pela atribuição dos meios financeiros e humanos com vista à resolução dos graves problemas que afetam as empresas públicas na sua capacidade de satisfazer as necessidades diárias das populações.
3. Exigir das autoridades competentes, designadamente da Autoridade Metropolitana de Lisboa a fiscalização e tomada de medidas adequadas e urgentes junto da TST com vista ao aumento da oferta.
4. Reclamar dos órgão de soberania, Assembleia da República e governo, a criação do passe social intermodal para a toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML), adequando-o, através da revisão das coroas geográficas atuais, à realidade urbana, que inclua todos os operadores e todas as carreiras, garantindo que, com o mesmo passe social intermodal ou com o mesmo bilhete seja possível circular pela AML.”

6.4.10 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Pela Modernização do Arsenal do Alfeite e sua Reintegração na Marinha”

6.4.10.1 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada ao longo dos anos e em sucessivos mandatos tem vindo a pronunciar-se em defesa do Arsenal do Alfeite e do seu carácter estratégico e vital para



a Marinha e para a soberania nacional, bem como da sua modernização e capacitação, com melhores condições de trabalho e defesa dos direitos dos trabalhadores arsenalistas. Aproxima-se a passagem de nove anos desde que o Decreto-lei n.º 32/2009, de 5 de fevereiro, extinguiu o Arsenal do Alfeite enquanto órgão de execução de serviços da Marinha e procedeu à sua transformação em sociedade anónima de capitais públicos (Arsenal do Alfeite, S.A.), integrada na EMPORDEF.

A opção tomada em 2009 desconsiderou a razão de existir do Arsenal do Alfeite, que é a sua relação indissolúvel com a Marinha Portuguesa. O Arsenal do Alfeite, que sucedeu em 1937 ao Arsenal da Marinha com sede em Lisboa, foi criado para servir a Marinha Portuguesa, enquanto unidade industrial vocacionada para a manutenção dos navios da Marinha, dotada de capacidade para a construção de navios de pequeno porte, e com possibilidades de prestar serviços a entidades externas, nacionais e estrangeiras, quer públicas (designadamente à marinha de outros Estados) quer do sector privado (designadamente marinha mercante e de recreio).

A chamada “empresarialização” assentou no pressuposto de uma relação cliente/fornecedor entre a Marinha e o Arsenal. Porém, a Marinha não pode ser um mero cliente do Arsenal. Não apenas por ser quase o único, dado que a captação de outros clientes não deu até à data os resultados que se anunciavam, mas fundamentalmente porque o Arsenal foi criado para a Marinha. Não há Arsenal sem a Marinha e não há Marinha sem o Arsenal.

Assim, a solução adequada e segura, para o Arsenal e para a Marinha, é a sua reintegração orgânica. O Arsenal deve ser um estabelecimento fabril das Forças Armadas, integrado na Administração Direta do Estado sob tutela do Ministério da Defesa Nacional e na orgânica da Marinha, como sempre foi até 2009. E esta opção não constitui um retrocesso relativamente às medidas de modernização e de captação de clientes por parte dessa estrutura empresarial, antes pelo contrário.

É indispensável a concretização de uma estratégia de modernização do Estaleiro, com a realização dos necessários investimentos que permitam ao Arsenal enfrentar os novos desafios e de que são alguns exemplos a dragagem do canal de acesso e da bacia de manobras; a reparação da Doca Flutuante; da Ponte-Cais; das muralhas; a continuação da manutenção do plano inclinado; a remodelação/reparação do parque de guias automóveis, tratores, empilhadores e carros elétricos, etc.

É imperioso garantir que todas as operações de manutenção dos submarinos da Marinha Portuguesa, incluindo as que implicam docagem, venham a ser realizadas no Arsenal, aproveitando a reconhecida capacidade e experiência nesta área, bem como a formação já ministrada no estrangeiro a alguns trabalhadores.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Arsenal do Alfeite carece de investimento com vista à modernização das suas infraestruturas, na recuperação dos seus edifícios e na compra de materiais de laboração, ferramentas - mas, não menos importante, carece de medidas de fundo ao nível dos recursos humanos, na valorização dos seus conhecimentos e das suas carreiras, na transmissão de décadas de experiência e conhecimento a gerações mais jovens, situação antagónica aos dias de hoje, para assim se poder continuar a impor como estaleiro de referência nacional e internacional que sempre foi e pretende continuar a ser. As capacidades do Arsenal são fundamentais para a Marinha e que os trabalhadores do Arsenal têm dado provas notáveis de dedicação, qualificação e profissionalismo.

Não é aceitável nem sustentável que continuem a surgir bloqueios e constrangimentos que têm vindo a ser colocados por parte da tutela financeira, quer em relação à contratação de pessoal para o Arsenal do Alfeite, quer em relação aos indispensáveis e inadiáveis investimentos no estaleiro.

As necessidades de recomposição e reforço das capacidades do Arsenal exigem uma resposta atempada, fundamentada e efetiva, devidamente enquadrada numa estratégia de modernização e desenvolvimento, para assegurar o pleno cumprimento da missão atribuída ao Arsenal do Alfeite, ao serviço do Povo e do País.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU) submete à Assembleia Municipal de Almada, para consideração e aprovação a presente Moção/Deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 21 de dezembro de 2017, delibera:

1. Pronunciar-se pela reintegração do Arsenal do Alfeite na Marinha Portuguesa, com o estatuto de estabelecimento fabril das Forças Armadas, integrado na administração direta do Estado como órgão de execução de serviços da Marinha, e com a consagração de vínculo público para todos os seus trabalhadores.
2. Sublinhar a necessidade da modernização e capacitação do Arsenal do Alfeite, com destaque para a admissão de pessoal e para os investimentos a desenvolver no estaleiro.”

6.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Pela Gestão Pública dos CTT, em Defesa do Serviço Público Postal”

6.4.11.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mais do que uma empresa que garanta lucros e dividendos, os Correios devem ser o garante de um serviço público efetivamente ao serviço do país e das populações, ao



serviço da economia nacional e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria da qualidade.

Os Correios, ao longo de mais de cinco séculos, asseguraram a prestação dos serviços postais em condições que lhe permitiram granjear o apreço da generalidade dos cidadãos e todas as entidades que eles recorreram.

É certo que em particular na última década, foram seguidas na empresa opções desastrosas para o serviço público postal - redução de balcões, degradação do serviço, agravamento dos preços, ataque aos direitos dos trabalhadores, entre outros - por sucessivas administrações, impostas pela política de direita. Esta política é indissociável da privatização e liberalização dos serviços postais, opção que tem sido preconizada no quadro da União Europeia com a cumplicidade ativa dos sucessivos governos nacionais.

Em dezembro de 2013, o governo PSD/CDS desencadeou a privatização dos CTT, alienando cerca de 70% do seu capital. Em setembro/2014, privatizou os restantes 30%.

Tal como foi claramente assumido pelo próprio governo na altura, os objetivos da privatização foram exclusivamente dois: encaixar o produto da venda com vista a uma hipotética redução do défice e da dívida; e criar condições para que os lucros que a empresa vinha gerando fossem parar aos bolsos dos novos donos privados. O primeiro objetivo nunca é alcançável, pois a receita que ajuda a disfarçar a realidade no ano da venda tem como contrapartida o agravar do problema estrutural nos anos seguintes: anulação dos lucros e menos impostos pagos pela empresa ao erário público. E o que se tem verificado de forma avassaladora desde então tem sido uma clamorosa depredação de recursos e património da empresa.

Desde a privatização, a estratégia da administração da empresa (a mesma que preparou e consumou a privatização) prossegue um caminho de desrespeito pelas obrigações a que está sujeita no que respeita à prestação do serviço e apenas tem como objetivo garantir que os novos donos (grandes grupos económicos estrangeiros) recebam de volta rapidamente o que pagaram pela compra dos CTT e aproveitar a rede dos CTT para implantar um Banco - que sempre foi adiado quando a empresa era pública.

O caminho de degradação do serviço postal é uma realidade que foi acentuada com a privatização da empresa. Entre 2009 e 2016, encerraram 564 estações e postos dos CTT; reduziram-se em largas centenas o número de trabalhadores e aumentou a pressão e o assédio com vista à sua saída, quando, na realidade, faltam trabalhadores nos correios; há vastas zonas do país onde o correio só está a ser distribuído uma vez por semana; recentemente chegou a haver 15 dias de atraso na chegada dos vales postais com as pensões de reforma; estão identificadas centenas de situações em que a distribuição



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

postal é efetuada com “giro em dobra”, isto é, recorrendo à disponibilidade de carteiros que trabalham para além da distribuição que lhes está atribuída na sua jornada.

Essa mesma realidade tem sido sentida pelas populações do Concelho de Almada: entre as estações e postos de correios encerradas no quadro da privatização dos CTT - ou da preparação da empresa para esse cenário - contam-se as de Cacilhas, Feijó e da Trafaria. E a degradação do serviço postal tem vindo a ser notória também no concelho. De acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores da empresa, há uma carência gritante de funcionários na distribuição do correio em vários locais do concelho de Almada.

Estamos perante um quadro de degradação da qualidade do serviço que é indissociável da privatização dos CTT com as práticas de destruição de postos de trabalho e de ataque aos direitos dos trabalhadores daquela empresa - e que confirmam os alertas e denúncias que o PCP e a CDU vêm manifestando com insistência no combate a esse processo.

Desde a privatização, a tarifa do correio normal (escalão até 20 gramas) aumentou 47 por cento. Entretanto, desde 2014, a empresa já distribuiu em dividendos aos acionistas mais de 240 milhões de euros. O resultado líquido em 2016 foi de 62 milhões de euros, mas a administração propôs, e a Assembleia Geral aprovou, um total de 72 milhões em dividendos. Mais 10 milhões do que o resultado líquido.

Perante este cenário, o Governo não pode continuar a assistir a esta degradação e depredação dos CTT sem nada fazer, deixando prosseguir uma estratégia tendente ao esgotamento progressivo de uma empresa com papel fundamental e insubstituível para o país e populações e que emprega mais de dez mil trabalhadores. É imperioso e urgente readquirir a capacidade e responsabilidade pela sua gestão por forma a garantir a sua sustentabilidade e viabilidade futuras e para que volte a ter condições para prestar um serviço que o país, as populações e os seus trabalhadores exigem.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária (CDU) submete à Assembleia Municipal de Almada, para consideração e aprovação a presente Moção/Deliberação:

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 21 de dezembro de 2017, delibera:

1. Pronunciar-se contra a privatização dos CTT e em defesa do investimento e da melhoria da qualidade do serviço público postal, com a recuperação do controlo público da empresa.
2. Saudar os trabalhadores dos CTT em greve nos dias em que decorre esta Sessão da Assembleia Municipal, na sua luta pela reversão da privatização da empresa, pela defesa dos postos de trabalho e por melhores condições de trabalho.”



6.4.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Borges (CDU) para apresentar a Moção-Deliberação “Saudação ao 40.º Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa”

6.4.12.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Borges (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Com o intuito de corresponder à necessidade de assegurar o desenvolvimento social e económico de Portugal começou-se a desenvolver nos anos 70 um plano de expansão e diversificação do ensino superior. É neste contexto que se procede à fundação da Universidade Nova de Lisboa (UNL), levada a cabo pelo Ministério da Educação em 11 Agosto de 1973. Entretanto em Novembro de 1977 procede-se a uma divisão estrutural desta Universidade nascendo então as suas quatro unidades orgânicas, entre elas a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) que viria a ter sede na Quinta da Torre no Monte da Caparica.

Com a escolha do local de implementação semeou-se o que viria a tornar Almada como o segundo polo universitário da Área Metropolitana de Lisboa. A par da componente Universitária e Pedagoga, a FCT apresenta uma importantíssima componente de investigação o que resulta nos cerca de 8000 estudantes, 450 docentes, oferta de 82 ciclos de estudo formados por diversas licenciaturas, mestrados e doutoramentos que apresenta e aos quais se juntam os 16 centros de investigação reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O nome do concelho tem sido divulgado tanto a nível nacional como internacional por docentes e discentes. Parte da divulgação é académica e científica e faz se através do prestígio do trabalho desenvolvido nesta instituição, de que é ilustrativo a atribuição do prémio Prestígio atribuído pela Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras de Papel 2017 à professora Elvira Fortunato e ainda a eleição de Mónica Almeida, investigadora do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, como representante da região do Mediterrâneo na expedição “Fjällräven Polar”, uma expedição ao Círculo Polar Ártico, só no decorrer do presente mês de dezembro. Outra componente da divulgação é através da participação cívica, política e artística dos ainda alunos na conceção e construção de projetos seus, desenvolvidos pelos diferentes núcleos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologias, de salientar o trabalho desenvolvido pelas tunas anTunia e TunaMaria.

Nestes termos o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária CDU submete à Assembleia Municipal para consideração e aprovação a presente Moção-Deliberação:



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 21 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos das alíneas j) e k), do nº 2, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Saudar o trabalho de prestígio desenvolvido na Educação e Ciência ao longo destes 40 anos por toda a comunidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa na pessoa dos excelentíssimos Reitor da UNL João Sáàgua e Diretor da FCT Fernando Santana.
2. Manifestar todo o incentivo e louvor a todos os Centros de Investigação da FCT com uma especial saudação à professora Elvira Fortunato pelo recente prémio ganho e à investigadora Mónica Almeida votos de sucesso para a expedição.
3. Reconhecer a toda a comunidade estudantil da FCT pelo empenho académico e cívico e em particular dos núcleos estudantis culturais, pedagógicos e desportivos na pessoa da Presidente da Associação de Estudantes Margarida Dias.”

6.4.13 - O Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS) para apresentar a Moção “Associação Nacional dos Municípios Portugueses”

6.4.12.2 - O Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses - ANMP - reunida em Congresso no passado dia 9 de dezembro na Cidade de Portimão, aprovou por unanimidade uma resolução, de que se transcreve a parte resolutiva:

O XXIII Congresso da ANMP afirma:

1. A concretização do processo de descentralização de competências para os municípios como desígnio nacional;
2. A descentralização administrativa entendida como instrumento propiciador de um Estado que garanta a igualdade de oportunidades para todos os municípios e para todos os cidadãos, assegure a melhoria do serviço prestado às populações, bem como a defesa das funções sociais do Estado, sendo suportada pelos meios financeiros, patrimoniais e humanos adequados e garantindo a coerência entre as atribuições e competências dos vários órgãos - freguesias, municípios e futuras regiões administrativas;
3. A autonomia local como uma autonomia de conteúdo máximo dentro do respeito pelo Estado unitário;
4. A importância de aprovação de uma Lei das Finanças Locais que dê respostas seguras à reposição da capacidade financeira perdida, com uma maior participação dos municípios nas receitas do Estado, aproximando-se a despesa realizada pelos municípios à média da executada pelos países europeus, propondo-se que a despesa total realizada pelos municípios portugueses seja, em 2021, de 23% da despesa nacional;



5. A necessidade de uma reprogramação do Portugal 2020 que respeite a coesão territorial, designadamente: com o reforço financeiro dos Pactos; reforço das verbas necessárias à regeneração urbana (PARUS e PEDUS); revisão do modelo de financiamento do ciclo urbano da água, transformando os fundos reembolsáveis em financiamento a fundo perdido e; maximização dos mecanismos de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade, com a abertura de avisos específicos;

6. A criação de um instrumento financeiro destinado ao setor municipal, particularmente destinado à revitalização da rede rodoviária municipal constituída por cerca de 92 000Km (90% da rede viária total), bem como a outras intervenções não financiadas ou subfinanciadas pelo Portugal 2020;

7. No âmbito da construção e estruturação do período de programação Pós 2020, o reforço do papel dos municípios na gestão descentralizada do mesmo a nível sub-regional e local, potenciando-se a concretização de novas políticas territoriais adequadas ao desenvolvimento equilibrado e coeso do país, não se aceitando novos critérios de classificação das regiões que coloquem em causa a coesão interna e desvirtuem o equilíbrio nacional;

8. A urgência na concretização de medidas que invertam as situações de despovoamento e abandono de partes substanciais do território e a adoção de alterações estruturais no ordenamento florestal e na defesa da floresta contra incêndios, bem como no sistema de proteção civil;

9. A necessidade de concretização da regionalização do País, instituindo-se as Regiões Administrativas, elemento promotor da coesão nos seus múltiplos aspetos e do desenvolvimento integrado dos territórios;

O XXIII Congresso da ANMP assume:

10. O forte empenhamento dos municípios no desenvolvimento de políticas que corrijam as assimetrias, valorizem os recursos e promovam a coesão social e territorial, reforçando a identidade nacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 21 de dezembro na Oficina da Cultura, em Almada, delibera:

1. Saudar a realização do XXIII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a 9 de dezembro, em Portimão, e congratular-se com a ampla convergência verificada no desenvolvimento dos trabalhos;
2. Associar-se às conclusões aprovadas no final do Congresso, ciente que respeita e reflete as necessidades e interesses dos Portugueses, necessidades e interesses esses em que se reveem plenamente os almadenses.”



6.4.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Vanda Lima e Silva (PS) para apresentar o Voto de Saudação “Pela Atribuição do Prémio Personalidade do Ano, atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal, à ACCA”

6.4.14.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Vanda Lima e Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A ACCA, Associação de Coletividades do Concelho de Almada, instituição de grande prestígio no nosso Concelho, foi nomeada para receber o prémio Personalidade do Ano, atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal, como reconhecimento à sua intervenção e participação na divulgação dos Jogos Tradicionais.

A entrega do prémio será efetivada no âmbito da Gala do Desporto a ter lugar no Casino do Estoril, no próximo dia 17 de janeiro de 2018.

A importância da ACCA na promoção do desporto, em particular dos Jogos Tradicionais, é amplamente reconhecida, não apenas pela sua ação no Concelho de Almada, mas numa dimensão que ultrapassa as fronteiras do nosso território.

O referido prémio representa o reconhecimento desse trabalho e prestigia a ACCA, as coletividades do Concelho de Almada e todos os seus cidadãos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 21 de dezembro de 2017 delibera:

1. Saudar a ACCA, Associação de Coletividades do Concelho de Almada, pela conquista de um prémio de prestígio que muito honra a instituição e todo o Concelho;
2. Manifestar o seu apreço pelo trabalho profícuo realizado por essa Associação em defesa do desporto em geral e dos Jogos Tradicionais em particular.”

6.4.15 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Galvão (PS) para apresentar o Voto de Saudação “Pelo Apuramento do Cova da Piedade para os Quartos-de-Final da Taça de Portugal em Futebol”

6.4.15.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Galvão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pelo apuramento do Cova da Piedade para os Quartos-de-final da Taça de Portugal em futebol

O Clube Desportivo Cova da Piedade igualou, 46 anos depois, o seu melhor registo de sempre na Taça de Portugal, ao ser a primeira equipa apurada para os quartos-de-final desta competição.

Este apuramento acontece depois de uma vitória sobre o Club Sport Marítimo, clube atualmente a competir na Primeira Liga, por 4-2 através da conversão de pontapés da marca de grande penalidade, após um empate a zero no final do prolongamento.

Já depois da realização do sorteio da próxima eliminatória da Taça de Portugal, ficou conhecida o próximo adversário do Cova da Piedade, que receberá o Sporting Clube de Portugal no seu estádio.



O Clube Desportivo Cova da Piedade é um dos clubes mais representativos do concelho de Almada. Tendo já vencido a III Divisão em duas ocasiões, ascendeu à Segunda Liga em 2015/2016, sendo este um dos seus maiores feitos desportivos em futebol.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 21 de dezembro, delibera:

1. Assinalar e congratular-se com a magnífica prestação do Clube Desportivo Cova da Piedade, que desta forma prestigia o Concelho de Almada.
2. Desejar a melhor sorte a esta equipa para a próxima eliminatória e que o seu empenho continue a dignificar o clube e o nosso concelho.”

6.4.16 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) para apresentar o Voto de Saudação “Delegação e Ponto de Entrega da Cooperativa Fruta Feia em Almada”

6.4.16.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O desperdício alimentar, problema mundial cujo combate se tornou uma prioridade pública e política nos últimos anos, tenderá a ganhar ainda mais importância tendo em conta a necessidade de alimentar uma população mundial em crescimento assim como os respetivos elevados níveis de consumo.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), um terço dos alimentos produzidos para consumo humano é perdido ou desperdiçado ao longo da cadeia de abastecimento alimentar, sendo que quase metade da fruta e legumes produzidos (45%) é perdida ou desperdiçada.

A nível nacional, foi realizado em 2012, um estudo intitulado Projeto de Estudo e Reflexão sobre o Desperdício Alimentar (PERDA) que aponta para um total de perdas e desperdício alimentares que ascendem a 1 milhão de toneladas (17% da produção anual), o que corresponde a 96,8 kg de desperdício alimentar per capita.

São vários os fatores que contribuem para o enorme desperdício verificado: modelos de produção intensivos, condições inadequadas de armazenamento e transporte, prazos de validade demasiado apertados, promoções que encorajam os consumidores a comprar em excesso.

Por outro lado, a preferência dos canais habituais de distribuição por frutas e legumes “perfeitos” em termos de formato, calibre e cor restringe o consumo a alimentos com determinadas características meramente estéticas que resulta num desperdício de cerca 30% dos alimentos produzidos pelos agricultores.

Tendo por base esta questão do desperdício alimentar associado unicamente à aparência dos alimentos, surgiu em 2013 a Cooperativa Fruta Feia cujo principal objetivo era a criação de um mercado alternativo para frutas e legumes que habitualmente são descartados por questões estéticas, combatendo o desperdício alimentar associado à



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aparência dos produtos assim como os gastos desnecessários dos recursos utilizados na sua produção (água, solo e energia).

Esta cooperativa compra diretamente aos agricultores, por um preço justo, os produtos alimentares rejeitados pelo mercado pela sua aparência e vende-os aos consumidores em pontos de entrega espalhados pelo país.

No início deste mês foi criada a primeira delegação da Cooperativa Fruta Feia em Almada. Na Academia Almadense funciona semanalmente (terças-feiras entre as 17h e as 21h) um ponto de recolha de frutas e legumes permitindo aos consumidores do concelho de Almada o acesso a estes produtos.

Considerando que:

1. Todas as iniciativas que visam combater as perdas e desperdícios alimentares assim como a valorização dos recursos utilizados na produção de alimentos revestem-se da maior importância para um desenvolvimento sustentável,
2. Os municípios de Almada têm agora a oportunidade de, através do consumo dos produtos disponibilizados pela Cooperativa Fruta Feia, contribuírem para uma diminuição do volume de desperdício alimentar associado à aparência dos alimentos,

O Grupo Municipal do PAN vem propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 23 de dezembro de 2017, delibere saudar a Cooperativa Fruta Feia pela criação de uma delegação e correspondente ponto de entrega de frutas e legumes em Almada.”

6.4.17 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN) para apresentar a Recomendação “Lugares de Estacionamento Privativo para Pessoas com Deficiência”

6.4.17.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para muitas pessoas, condicionadas na sua mobilidade, o transporte individual é o único meio de se deslocarem autonomamente, contribuindo de forma decisiva para a sua integração social e profissional.

Se, para o comum dos cidadãos, a proximidade de estacionamento junto da residência ou do local de trabalho significa uma questão de conforto, para pessoas com problemas de mobilidade pode ser condição indispensável para o uso do transporte particular.

Os municípios do concelho de Almada com mobilidade condicionada têm a possibilidade de requerer, junto da Câmara Municipal, a reserva de lugar de estacionamento junto da sua residência. Contudo, esses lugares de estacionamento, não sendo privativos, em nada se distinguem dos lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade condicionada de uso indiferenciado, podendo ser utilizado por qualquer pessoa com



mobilidade condicionada portadora do cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT).

A garantia de que um lugar reservado para uma determinada pessoa com mobilidade condicionada não é ocupado por outra pessoa com deficiência só é dada através da criação de um lugar privativo com identificação da matrícula do veículo usado pelo requerente.

Com vista à resolução deste problema, vários municípios portugueses (Lisboa, Porto, entre outros) incluíram nos seus regulamentos de estacionamento a autorização e sinalização de lugares de estacionamento privativo para pessoas com deficiência junto da respetiva residência e/ou local de trabalho, sempre que tal seja solicitado e se verifiquem as condições exigidas pela legislação aplicável.

O projeto de Regulamento de Estacionamento do Concelho de Almada, que esteve em discussão pública até ao dia 27 de junho de 2017, tinha como objetivo central colmatar necessidades detetadas em matéria de estacionamento, contribuindo para a melhoria geral do sistema de mobilidade no concelho de Almada. Porém, este projeto de regulamento não conseguiu resolver o problema da inexistência de lugares de estacionamento privativos para pessoas com mobilidade reduzida, contemplando apenas a existência de estacionamento reservado a pessoas com deficiência de uso geral.

Deste modo, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 21 de dezembro de 2017, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

A alteração do Regulamento de Estacionamento do Concelho de Almada de forma a possibilitar a autorização e sinalização de lugares de estacionamento privativo para pessoas com deficiência junto da respetiva residência e/ou local de trabalho, sempre que tal seja solicitado e se verifiquem as condições exigidas pela legislação aplicável, através da inclusão de painel adicional à sinalização vertical com a matrícula do veículo usado pelo requerente.”

6.5.1 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes (BE), Sandra Branco Duarte (PAN), Maria Luís Albuquerque (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), João Geraldês (CDU) e Ivan Gonçalves (PS).

6.5.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para solicitar que o documento nº 14, a moção sobre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a parte deliberativa fosse votada em separado, o ponto 1 e o ponto 2 e dizer porquê. O Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente o ponto 2 desta moção, uma vez que das conclusões da Associação Nacional de Municípios há



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

algumas conclusões com as quais nós não nos revemos nomeadamente nas que referem a descentralização administrativa entendida como instrumento propiciador de um estado que garante igualdade etc., etc., é do conhecimento público que o Bloco de Esquerda não se revê na municipalização de serviços básicos e imprescindíveis como a saúde e a educação e portanto não nos revemos na parte onde o ponto 2 diz que: associar-se às conclusões aprovadas no final do Congresso, até porque estende essas necessidades e interesses e diz que os almadenses se reveem plenamente neles o que não é de toda verdade, há pelos almadenses que votam no Bloco de Esquerda e que com certeza acompanham esta posição do Bloco de Esquerda.”

6.5.1.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma referência à matéria que foi referida, não à matéria da moção, mas à questão da votação ponto por ponto.

A votação ponto por ponto é matéria que é omissa do nosso Regimento, de qualquer modo há uma prática consolidada nesta Assembleia de que sempre que um Grupo Municipal ou um Deputado Municipal, no limite, entender pedir a votação por pontos ou alguns pontos em separado, essa votação far-se-á de acordo com o solicitado para que todos possam expressar o melhor possível o seu entendimento sobre as matérias em votação.”

6.5.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de propor uma alteração na recomendação apresentada pelo PAN, a parte deliberativa, foi uma proposta do Grupo Municipal do PSD, que para mim faz todo o sentido que de facto altere.

“A alteração do Regulamento do Estacionamento do Concelho de Almada de forma a possibilitar a autorização e sinalização de lugares de estacionamento privativo para pessoas com deficiência ...” Gostávamos de alterar “para pessoas com mobilidade condicionada...”.

6.5.1.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito brevemente a posição do PSD relativamente às moções/votos que hoje foram apresentados.

A moção da CDU sobre a questão dos Bombeiros, será por nós votada favoravelmente, queríamos, no entanto, dar nota que, no que diz respeito à questão da restituição do IVA, já este ano 2017, em julho, foi aprovado ou foi legislado no sentido de restituir o IVA relativo às aquisições de bens móveis de equipamento incluindo os serviços necessários à



conservação, reparação e manutenção desses equipamentos às Associações de Bombeiros, queríamos deixar essa nota de que essa legislação já existe.

Votaremos também a favor da proposta do Bloco de Esquerda sobre a intervenção em dois painéis de arte pública, mas consideramos também que é importante fazer uma reflexão no sentido de se encontrarem formas, medidas, que possam obstar ou dificultar aquilo que é neste momento a degradação, no caso são painéis de arte pública, mas outras formas de arte e que são expostas a vandalismo, grafitis e não só e portanto que se deveria fazer uma reflexão sobre que medidas é que podem ser implementadas para tentar minimizar esse tipo de situação.

Sobre a questão dos incêndios, a moção da CDU sobre os incêndios, votaremos a favor, tal como a dos transportes públicos e também a saudação à Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Aprovaremos igualmente as moções do Partido Socialista sobre a Associação Nacional de Municípios e a Associação das Coletividades do Concelho de Almada, sendo que naturalmente também nos congratulamos com esta distinção, bem como o apuramento do Cova da Piedade para os quartos-de-final da Taça de Portugal. A questão do voto de saudação do PAN à Cooperativa Fruta Feia também nos merece aprovação e entendemos que é uma iniciativa também de louvar.

Votaremos também favoravelmente as moções apresentadas pelo CDS-PP do Quartel da GNR e o Terminal Fluvial de Cacilhas, aproveitando para referir que há outras instalações nomeadamente municipais, onde existam ainda placas de fibrocimento, sendo que os efeitos nocivos para a saúde, no caso de trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, são por demais conhecidos, e, portanto, deveriam ser intervencionadas quanto antes, para não dizer que já o deveriam ter sido há muito tempo.

Como a Senhora Deputada do PAN referiu há pouco, com a alteração ou com a precisão incluída na recomendação relativamente à atribuição de lugares para pessoas com mobilidade reduzida somos também favoráveis. Votaremos contra o voto e a moção respetivamente do Bloco de Esquerda e da CDU, sobre o reconhecimento por parte dos Estados Unidos de Jerusalém como Capital de Israel, e votaremos também contra as moções da CDU sobre os CTT, sobre a reposição das Freguesias e sobre a integração do Arsenal do Alfeite de novo na Administração Direta do Estado.”

6.5.1.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também para deixar aqui algumas considerações relativamente aos documentos pelos vários Grupos Municipais.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Começo pelas moções apresentadas pela CDU. O CDS-PP irá votar relativamente aos Bombeiros favoravelmente estas duas moções, e saudar também as mesmas pela importância que têm para as Corporações de Bombeiros e pelo trabalho que têm feito junto das populações.

Iremos votar a favor também relativamente à saudação da FCT e também os transportes, não esquecendo que a CDU faz parte do PCP e tem responsabilidades também, digamos assim, no Governo, se não diretas pelo menos indiretas, e aquelas que devem ser as negociações para que possam neste caso dar um contributo para a alteração destas mesmas situações que aqui foram esplanadas e bem, o CDS-PP concorda quase praticamente com todo o corpo da moção, tendo em conta e se me permitem tenho que realçar, que muitas das vezes o próprio PCP prejudica mais as próprias negociações do que praticamente resolve os problemas, mas isso daríamos com certeza para outras conversas.

Depois relativamente ao Arsenal do Alfeite, o CDS-PP compreende a posição inclusivamente até histórica que o Arsenal do Alfeite tem para o PCP, respeita como é evidente, mas não vai poder também concordar e votarei contra esta mesma moção.

O mesmo se passa relativamente aos CTT e aqui quero acrescentar uma situação.

Foi feita uma privatização, essa privatização estava no memorando de entendimento assinado pelo Partido Socialista. Portanto embora tenha sido posto em prática pelo Governo do PSD e pelo Governo do CDS, mas já estava incluído, portanto a responsabilidade não é, digamos assim, pelo menos da responsabilidade formal do anterior Governo e, portanto, há que refletir também esta mesma situação.

De qualquer forma aquilo que deve ser feito nestas condições é, se o concessionário não cumpre com o caderno de encargos, então com certeza terá que se resolver outra situação, procurar se calhar chamar à razão e, em último caso, retirar essa mesma concessão. Agora os CTT, aquela posição que o CDS-PP sempre teve é de manutenção da sua privatização com a ressalva de que é importante este serviço para as populações e é importante que este serviço público prestado inclusivamente por um operador privado funcione na prática, não é essa a questão que o CDS-PP entenda que esteja aqui em causa.

Depois aproveitar também para dar nota contra a moção do povo da Palestina. Penso que, com todo o respeito por todos os Credos, por todas Nações e todos os Idiomas, mas é uma questão que nós entendemos que aqui, para a Assembleia Municipal de Almada, não tem aquela relevância que diga diretamente aos almadenses e não é só por isso, até por uma questão de princípio, o CDS-PP irá votar contra, quer esta moção, quer também a moção apresentada por parte do Bloco de Esquerda.



A moção do Bloco de Esquerda em relativamente à arte, é uma moção muito bem-vinda, o CDS-PP apoia na íntegra e realça também que não só estes dois painéis, mas também um outro património que está muito dele degradado e até escondido e gostaria de saber também se realmente há um inventário completo do que há relativamente a estas mesmas matérias, estas obras de arte e este património que muitas vezes está escondido. É verdade, algum do património é também privado, mas é um património que é também histórico que diz muito à nossa Cidade, diz muito ao nosso país e, portanto, deve ser realçado.

Foi falado também no painel Fernão Mendes Pinto. Eu recordo também que a casa de Fernão Mendes Pinto para quem não conhece está localizada no Pragal completamente degradada. Era fundamental também que houvesse aqui uma importância redobrada relativamente a esta matéria.

Depois as moções apresentadas por parte do PS, o CDS-PP irá votar favoravelmente todas. Realçar aqui também a moção apresentada para a Associação Nacional de Municípios e reforçar também aqui, Senhora Presidente, vamos no próximo mês discutir o orçamento, esperando também que possa haver um reforço não só de competências mas também de verbas para as Freguesias que muito fazem junto das populações e, lá está, não é preciso haver mais Freguesias. As Freguesias estão a funcionar, com certeza as coisas não são 100% viáveis, como é evidente, acreditamos que possa haver lacunas e muita coisa para alterar, para corrigir. Estamos disponíveis para fazer esse debate, para conversar sobre esses mesmos problemas que possam ainda coexistir, mas não poderemos neste caso estar a favor do chamado retorno das Freguesias até porque não se vê isso por parte das populações. Muitas vezes é aqui falado que as populações querem novamente o retorno das Freguesias, as Freguesias existem, as localidades existem e, portanto, não se vê aí na rua manifestações, a não ser aquelas que sejam organizadas e perfeitamente identificadas, têm todo o respeito como é evidente, mas que da nossa parte não podemos concordar.

Votar favoravelmente as outras moções apresentadas por parte do PS, aqui uma ressalva pessoal relativamente ao Cova da Piedade, que vai jogar contra o Clube do meu coração também e, portanto, estou aqui dividido, mas que o Piedade faça o melhor.

Depois Senhor Presidente, aquilo que eu estava a dizer há pouco e para o qual eu pedi a palavra, é relativamente à declaração política apresentada pelo Bloco de Esquerda, também é muito bem-vinda, e acho que é um problema que todos nós entendemos que tem que ser resolvido e da nossa parte, da parte do CDS-PP, estamos totalmente disponíveis para encetar esforços e para fazer parte de um grupo de trabalho que possa dar um “avant” e, portanto, a resolução destes mesmos problemas tal como foram



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

resolvidos ou estão a ser resolvidos também no Seixal, é muito importante, estamos a falar de pessoas, estamos a falar, enfim, de habitação e é importante que esses problemas sejam resolvidos o mais rápido possível.”

6.5.1.6 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer a benevolência relativamente aos tempos que o Senhor Presidente anunciou, para três notas breves.

A primeira relativa aos documentos que estão em discussão, informar que a CDU irá votar favoravelmente todos os documentos que foram apresentados, deixando apenas esta nota, de que relativamente ao documento sobre o Quartel da GNR na Caparica Trafaria apresentado pelo CDS-PP, sublinhamos que a construção que é absolutamente indispensável e necessário do Quartel da GNR na Caparica, não pode significar o encerramento do Posto da Trafaria, que deve ser recuperado, deve ser mantido em funcionamento como estrutura de policiamento de proximidade que é a sua função.

A segunda nota, sobre a declaração política que o Bloco de Esquerda aqui nos trouxe, e sobre as questões da habitação.

A CDU saúda naturalmente a postura assumida pelo Estado e pelo IHRU nesta matéria, que é uma postura nova e que altera aquilo que tinha sido uma prática anterior e que tinha sido contestada quer pela CDU, quer principalmente pelas autarquias locais do nosso Concelho e pelas populações. Saudamos, portanto, esta alteração de postura.

A responsabilidade pela habitação como todos sabemos é do Estado, e como o próprio Estado reconhece, sublinhando neste aspeto a recente iniciativa que a Assembleia da República tomou em matéria de habitação.

Importa ainda sublinhar que relativamente a Almada, o levantamento que foi feito relativamente às necessidades de realojamento, foi feito com todo o rigor e com toda a exaustão, e que ao contrário de outras situações que aconteceram no país diz respeito apenas a necessidades de realojamento de barracas e abarracados, não inclui outras situações.

Por outro lado, sabemos que no início do verão passado, deu entrada nos serviços da Câmara Municipal uma proposta do IHRU, no sentido da construção de mais de 550 (quinhentos e cinquenta) fogos de realojamento no nosso Concelho. Que no final do mandato estavam em apreciação por parte dos serviços, importaria saber qual é o ponto da situação relativamente ao desenvolvimento deste processo.

Finalmente, sublinhar que a Câmara Municipal de Almada durante o mandato anterior, disponibilizou um montante significativo das verbas que lhe cabiam dos Fundos



Comunitários, cerca de 8 milhões de euros, para que o IHRU pudesse realizar obras de beneficiação e de conservação do seu património habitacional no nosso Concelho.

Portanto são questões que do ponto de vista da habitação são importantes no nosso Concelho.

A última nota Senhor Presidente se me permite, para esclarecer o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, António Pedro Maco. Porque a CDU não faz parte do PCP, o PCP faz parte da CDU. Mas mais importante do que isso é que pelo menos eu não tenho conhecimento de qualquer Ministro, qualquer Secretário de Estado, seja membro neste Governo.

Portanto não me parece que o PCP participe neste Governo.”

6.5.1.7 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu prometo que não vou responder com todo o respeito ao Deputado Municipal João Geraldes, era só para dizer que há pouco esqueci-me de referir as moções do PAN, são moções muito bem-vindas a esta mesma Assembleia, quer a questão por parte dos deficientes relativamente ao seu estacionamento que é um problema que há muito temos detetado aqui em Almada, e relativamente também à moção da Fruta Feia, também tem toda a sua hipótese de ser colocada no mercado e também vai um pouco de encontro àquilo que foi um projeto que o CDS-PP apresentou na legislatura autárquica passada, que é relativamente à constituição do comissariado do desperdício alimentar que funciona muito bem nomeadamente no Município de Lisboa e voltaremos novamente aqui trazer a debate nesta mesma legislatura autárquica.”

6.5.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Hoje temos várias moções que estão aqui à nossa consideração e, portanto, tentando fazer uma resenha relativamente curta sobre todas elas.

O Grupo de Eleitos do Partido Socialista votará naturalmente favoravelmente a saudação ao 40º aniversário da FCT/UNL, a FCT é um dos motores do conhecimento não só do nosso Município, mas também do nosso Distrito e do nosso País, é uma das Faculdades de referência na área da ciência e tecnologia do nosso País e portanto o seu papel é mais do que meritório no nosso Concelho e é também importante e fica também o desafio para que este Executivo saiba também atrair outras instituições de ensino superior e de ciência de uma forma que muitas vezes não foi conseguida ao longo destes mais de quarenta anos de Poder Local Democrático.

Sobre a necessidade de intervenção em dois painéis de arte pública, o Partido Socialista votará também favoravelmente esta proposta, acompanhamos de resto a preocupação



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que é demonstrada pelo Grupo de Eleitos do Bloco de Esquerda, não só com estes dois painéis, mas também com o visível degradar de muitos locais públicos do nosso Concelho que muitas vezes não foram estimados da forma como todos nós almadenses entendemos que deveriam ser. E, portanto, é importante que estes dois murais possam ser recuperados de forma mais célere possível.

Depois sobre o voto de condenação pelo reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, o Partido Socialista votará também favoravelmente estas duas propostas, a CDU e a do Bloco de Esquerda, fazendo também referência àquilo que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda já tinha referido à aprovação hoje de forma quase esmagadora na Assembleia Geral das Nações Unidas dessa mesma condenação e de o facto por este ato desta administração americana ser um ato que vai no sentido contrário àquilo que todos desejamos. O sentido que possa trazer paz, dialogo e para que isso aconteça que o Estado da Palestina seja finalmente também reconhecido porque defendemos uma solução de dois Estados, então esses dois Estados devem mesmo existir na prática ao contrário daquilo que se passa hoje em dia.

Quanto às moções aqui trazidas pelo Senhor Deputado do CDS-PP.

Aquilo que os Eleitos do Partido Socialista pediriam é que esta votação pudesse ser feita por pontos, e que tendo indicação que nós não temos nada a obstar em relação ao ponto 1, 3 e 4 e por isso votarmos favoravelmente. Já quanto ao ponto 2, que refere exigir à tutela a construção de um novo Quartel na zona do PIA e uma vez que esta não é uma competência da Câmara Municipal nem da Assembleia Municipal, é uma competência do Governo, e, portanto, deve ser o Governo a estudar a melhor solução técnica a adotar para que possa prosseguir aqueles que são os interesses e aqueles que são os objetivos que estão delineados no resto da moção e nos outros pontos resolutivos. E, portanto, neste ponto 2 a nossa posição é de abstenção, sendo certo que existe já uma lei de programação nas infraestruturas e equipamentos para as forças de serviço e segurança que foi aprovada já no ano de 2017 na Assembleia da República e que prevê cerca de 400 (quatrocentos) milhões de euros para os próximos cinco anos para dotar as Forças de Segurança por todo o País por condições materiais para que possam exercer a sua função. Quanto a moção do Terminal Fluvial de Cacilhas acompanhamos aquela que é a proposta apresentada pelo Eleito do CDS-PP.

Acompanhamos também o voto de saudação do PAN a propósito da fruta feia e a recomendação quanto aos lugares para estacionamento privativo para pessoas com deficiência.



A CDU traz-nos também uma serie de outras moções que nos parece que devem merecer também um debate mais afinado ou pelo menos da nossa parte uma prenunção que pode ser mais exaustiva.

Nomeadamente no que toca à moção pela ação dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada, entendemos que, e aqui pedimos também à Mesa que pudéssemos votar esta moção por pontos, entendemos que o ponto 1 e o ponto 2 não temos nada a obstar, sendo certo que o ponto 2 refere o apoio anual do Município às três Associações Humanitárias dos Bombeiros do Concelho não deixa de ser um ponto redundante, porque de facto o orçamento está em elaboração e portanto é de todo redundante porque é obvio que as Associações de Bombeiros continuarão a ser apoiadas como foram até hoje e visa apenas na nossa opinião criar faits divers ou algum alarme sobre esta mesma questão quando diz que não está minimamente em causa.

Quanto ao ponto 3 e às isenções que estão previstas nesta moção.

Desde logo elas não são de facto competência da Assembleia Municipal de Almada, mas também não nos estranha embora possamos entender que este debate é menos frutífero que os outros, não deixaremos de o acompanhar e não deixaremos de debater estes temas. Mas o que é facto e referindo-me ao ponto 3.1, à isenção de impostos especiais para consumo e uma vez que estes se referem ao álcool, ao tabaco e aos combustíveis, parto do principio que a proposta da CDU se refere à isenção do imposto sobre os combustíveis, não sendo esta uma matéria da competência da Assembleia Municipal, achamos que é extemporâneo que aqui seja referida essa mesma necessidade.

Quanto ao ponto 2 e à devolução do IVA. Os Bombeiros já têm hoje uma isenção do imposto sobre veículos, imposto sobre circulação. O IVA, taxa que é cobrada para os bens de serviços destinada aos Bombeiros já é cobrada com a taxa mínima de 6%, e Lei do Orçamento do Estado para 2018 já prevê, aliás o código do IRS prevê já que o IRS não incida sobre as compensações e subsídios referentes à atividade dos Bombeiros Voluntários.

Parece-nos também que pode existir o risco de que a devolução genérica do IVA incumpra na diretiva europeia devolução do IVA e, portanto, não podemos acompanhar este ponto 3, pelo que votaremos contra este mesmo ponto.

Quanto aos incêndios florestais e à moção de solidariedade com as populações. Votaremos favoravelmente, não deixando, no entanto, de notar o seguinte: é importante que os Eleitos da CDU de Almada se preocupem com aquela que são os efeitos dos incêndios um pouco por todo o país, essa é uma preocupação que todos os partidos políticos acompanham em particular o Partido Socialista. Mas parece-nos também que seria mais importante ou mais útil que nós aqui estivéssemos a discutir como e bem nos



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trouxe hoje ou nos trouxeram os Eleitos do Bloco de Esquerda aquelas que são as habitações dos moradores do Município de Almada. E o que é facto é que hoje temos uma percentagem de execução do Plano Especial de Realojamento em Almada que é bastante baixa e os dados que nós temos é de que existem 2427 (duas mil quatrocentas e vinte sete) famílias que em 2017 ainda esperam por essa mesma habitação.

Portanto votaremos favoravelmente esta moção como é obvio, mas dizer também e quanto ao ponto 5 que acompanha naturalmente a necessidade de aplicar todas estas questões que os Eleitos da CDU aqui identificam, seria também importante por exemplo em sede da Assembleia da República, alguns dos avanços que se pretenderam e que este Governo pretendeu introduzir com a reforma da floresta que são verdadeiramente o primeiro foco de combate aos incêndios porque quando falamos de combate no terreno ele de facto a ultima barreira que o Estado tem para proteger as populações, o primeiro combate, as primeiras ações, as preventivas que devem ser tomadas a montante, lamentamos que em grande parte daquela que foi a proposta do governo quanto à reforma da floresta, a CDU não tivesse acompanhado ou que tivesse obstaculizado. Ainda assim votaremos favoravelmente esta moção.

Quanto à reposição das Freguesias, pedimos também que esta moção seja votada por pontos, não podemos acompanhar o ponto nº 1 e ponto nº 3 que falam pura e simplesmente de uma reposição de um modelo de onze Freguesias, aquilo que o Partido Socialista tem vindo a defender é que a reforma que foi implementada pela primeira vez em 2013, não foi feita da forma mais correta, precisa de ser reavaliada, deveria ter sido feita tendo em conta aquelas que eram as vontades das populações, ainda assim regressar a um modelo que existia anteriormente não nos parece pura e simplesmente, ou seja, reverter a reforma que foi feita, não nos parece o modelo mais exequível neste momento. E, portanto, aquilo que entendemos é que deve ser feita uma avaliação concreta e sabemos também que o Município está na disposição de o fazer, portanto é essa a nossa posição. Ainda assim votaremos naturalmente o ponto nº 2, de afirmação do Congresso da ANAFRE como espaço de discussão desta mesma reforma das Freguesias.

Quanto à moção sobre a falta de qualidade e segurança dos transportes públicos. Pediremos também à Mesa de votar esta moção por pontos, votaremos favoravelmente todos os pontos, exceto o primeiro que refere manifestar um profundo desacordo com os aumentos anunciados pelo Governo, sendo que estes aumentos são pura e simplesmente anexados à inflação e tendo em conta que eles estiveram suspensos em 2015 e 2016 e que a conjuntura económica que o país atravessa neste momento é visivelmente favorável, vamos ter um maior crescimento económico desde o inicio do século e portanto são aumentos que não excedem os 2% e faz todo o sentido que assim seja para permitir



também a viabilidade destes mesmos transportes públicos e que eles possam praticar um serviço de qualidade.

Ainda assim, gostávamos também de perceber e até para que os autarcas do Partido Socialista do Distrito de Setúbal assumiram um compromisso pela melhoria dos transportes públicos, aliás os candidatos autarcas que neste momento são os autarcas eleitos pelo Partido Socialista, é obvio que nos revemos em grande parte das preocupações que estão plasmadas nesta moção, mas sabemos também que os órgãos da AML foram eleitos há alguns dias, e portanto aquilo que gostávamos de saber, e se o Senhor Presidente me permitir, gostava também de colocar esta questão ao Município uma vez que a Câmara ainda tem tempo para responder, perceber o que está a ser feito na Sede da AML no sentido de dar cumprimento a estas posições que a CDU aqui manifesta e se de facto o anterior Executivo da CDU deixou algum do trabalho preparado por forma a que nós possamos concretizar aquilo que agora nos trazem como sendo a posição política da CDU.

Quanto à modernização do Alfeite, pediremos também ao Senhor Presidente para votar esta moção por pontos, votaremos contra o primeiro ponto uma vez que aquilo que defendemos é que o Alfeite esteja na esfera do Estado e votaremos favoravelmente o ponto dois sendo certo que o Governo já tem também sete milhões de euros que foram aprovados para dotar o Arsenal do Alfeite de melhores equipamentos e de formação para os seus trabalhadores.

Por último e no que toca à questão dos CTT, e para não me tornar repetitivo, gostávamos de votar também esta moção por pontos Senhor Presidente, votaremos contra o primeiro ponto até porque aquilo que se passa hoje em dia nos CTT não é uma privatização é uma concessão, não é exatamente a mesma coisa, e o Governo já vem anunciar que em 2020 fará uma reavaliação daquela que foi a concessão que foi feita aos privados e que a nosso ver também têm apresentado ou pelo menos é isso que parece estar aos olhos de todos, têm apresentado grandes problemas, e portanto temos também as maiores reservas naquilo que é a concessão daquelas que são as atividades que nós entendemos que devem estar na esfera pública da concessão destas atividades a privados e deixamos também já agora a pergunta aos Eleitos da CDU, dizer também que nos absteremos no segundo ponto, a greve é um direito de todos os trabalhadores e portanto não merece por nós uma especial pronuncia, mas gostávamos de deixar já agora em jeito de questão à CDU, e esperando que talvez na próxima Assembleia Municipal possamos ter aqui uma moção rejeitando por exemplo a concessão da limpeza do espaço urbano de Almada como o anterior Executivo fez, porque de facto entendemos que se há serviços que devem estar na esfera pública, por exemplo a limpeza deve ser um deles ainda para mais quando os



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

efeitos que depois se manifestam são altamente lesivos daquele que é o bem-estar das populações. E, portanto, como dizia Frei Tomás, “faz o que eu digo, não faças o que ele faz”.”

6.5.2 - Usou ainda da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara.

6.5.2.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dado que a Câmara foi interpelada sobre dois assuntos, um relativo à mobilidade e outro relativo à habitação.

Começava então pela pergunta do Senhor Deputado João Geraldês que aliás, também vem um bocadinho no sentido da declaração política. Quero deixar aqui muito clara a nossa preocupação relativamente a esta questão da habitação e da necessidade de realojamento aqui em Almada. É uma realidade que de facto graças a este levantamento que foi pedido pelo Governo com a nova Secretaria de Estado da Habitação e com aquilo que foi enviado para o IHRU, fomos surpreendidos com os resultados, deve confessar Senhor Deputado, até porque nós sabíamos e veio aliás publicitado num artigo do Expresso em abril de 2017, Almada estava sinalizado como um dos Municípios que ainda não tinha concluído a execução do PER, aliás, o mau resultado de execução do PER. E com os dados de 2013 que é altura em que o Programa fez vinte anos, em 2013 Almada tinha 1014 (mil e catorze) famílias por realojar. Esses dados, aliás, segundo o mesmo artigo, foram confirmados pelo anterior Executivo. Isso significa que entre 2013 e 2017, nós tivemos um aumento de 1413 (mil quatrocentas e treze) famílias dado que hoje em dia temos uma realidade de 2427 (duas mil quatrocentas e vinte e sete) famílias por realojar. E é aqui se partilharmos a preocupação aqui expressa tanto pelo Bloco de Esquerda como pela CDU e penso que aliás por todas as outras forças partidárias, nomeadamente o Partido Socialista. E por isso criou esta Secretaria de Estado da Habitação, e está a pedir este levantamento em boa hora para a possibilidade de criação de um segundo programa para realojamento, mas há aqui apesar de tudo uma noção de que nós discordamos. Nós sabemos de facto que os Municípios não têm a responsabilidade exclusiva nem direta, nem maioritária, na questão do realojamento das populações. O realojamento tem que ser uma questão obviamente central para o Governo. Mas o Município também não se pode demitir desta responsabilidade, aliás, Almada tem alguns bairros sociais municipais e bem, e importa neste momento justamente garantir que todas as casas do Parque de Habitação Social estão ocupadas. Sabemos que nalguns casos não estão, aliás, até há dúvidas quanto à possibilidade ou não de realojar as pessoas, falo nomeadamente do Bairro de Madame Faber, onde há várias casas fechadas. Sabemos que há dificuldades, mas eu não posso deixar de abrir aqui uma reflexão, e não passa por



enquanto de uma reflexão, de vermos a possibilidade de resolvermos em parte o problema do 2º Torrão com o outro Bairro que assim é municipal. Portanto nós partilhamos esta preocupação, tanto mais que nos apercebemos agora da dimensão do problema graças de facto a este levantamento que não tenho dúvidas foi feito com todo o rigor e ainda bem que assim é. Sabemos também que de facto fala-se muito do 2º Torrão, das Terras da Costa, mas que há outros casos ainda, não são bem em bairros, mas se o Município não está atento pode vir a acontecer, portanto há que de imediato dar respostas a quem se instala e para evitar que se criem outros focos mais problemáticos. A única coisa onde nós discordamos é numa posição do Município. Não só discordamos como tentaremos contrariar uma posição do Município de dizer: “esta responsabilidade não é nossa, portanto, não nos sentimos implicados com ela.” Nós sentimo-nos implicados por ela, mesmo quando a responsabilidade não é do Município, o Município tem obrigação de ser porta-voz dos seus munícipes e fazer sempre tudo para conseguir minimizar este problema social.

Quero ainda dizer que se em 2013 Almada já era o Município com mais famílias a realojar de toda a Área Metropolitana de Lisboa Estes dados também são aqueles que revelam o próprio artigo de 2017 e que pelos vistos não foram contrariados em abril passado pelo Município, neste momento com estes 2427 (dois mil quatrocentos e vinte sete). Eu espero não ter ainda uma pior surpresa e, portanto, Almada não estar no topo da lista de muito mais do que a Área Metropolitana e é uma avaliação que nós vamos ter que fazer.

Mas de qualquer maneira folgo em saber que há disponibilidade para todas as forças partidárias se juntarem nesta reflexão, que de facto é uma reflexão exigente e que nos interpela a todos e, portanto, é bom constatar que há a disponibilidade.

Relativamente às perguntas sobre os transportes públicos, Senhor Deputado, agradeço aliás a pergunta porque também me permite pô-lo ao corrente do que está a suceder ao nível das negociações da Área Metropolitana de Lisboa, de facto. Relembro que houve um compromisso assinado por todos os candidatos do Partido Socialista à Área Metropolitana de Lisboa, e, portanto, eu própria me vinculei a título pessoal nisto, e se me permitem quero lembrar aqui alguns dos pontos que penso que respondem a parte desta moção. Não vou ler todos porque ele é muito extenso e diz respeito a toda a Área Metropolitana, portanto, o 1º deles: Desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, assim como os modos partilhados e sustentáveis”. Vou responder àqueles que dizem respeito ao que está na moção: “Alargar no horizonte da próxima legislatura o tarifário intermodal de Lisboa, nomeadamente designado por L, a toda a Área Metropolitana de Lisboa”. Outro ponto que tem muito a ver com a questão vem na moção que é: “Proceder à contratualização do serviço público de transportes até 2019 a



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

todas as redes concessionadas a privados equilibrando os poderes entre concessionários e concedendo dando maior controlo à parte pública ao nível das tarifas e da oferta de transportes, assim como um maior controlo sobre transações de bilhética intermodal e o acelerar de soluções de bilhética inovadoras da Área Metropolitana. Da mesma forma aceitar o direito e a autonomia de cada Município a decidir sobre a oferta de transportes públicos no seu território e sobre o desenvolvimento dos seus operadores internos”. Neste momento se eu leio estas questões é porque é esta a grande discussão/debate, e que aliás mereceu de uma forma consensualizada a aceitação de todos os Municípios representados, que é a reflexão das renovações dos contratos de concessão tanto da TST como da FERTAGUS deve ser feita por todos os Municípios entregues à AML e bem, obviamente cada Município tem necessidades especiais, o que se trata aqui é ter também nalguns casos como nomeadamente na questão da bilhética, ter uma posição de força para a criação e isto penso que é o ponto mais importante, a criação de um passe intermodal para a Área Metropolitana de Lisboa a preços acessíveis. Alguns dos problemas que temos em Almada existem também noutros Municípios, nomeadamente em Loures, ou seja, com tarifários muito altos, muitíssimo altos, nalguns casos até chegamos ao absurdo em que o transporte de táxi é mais barato do que o transporte público, portanto são realidades que nós obviamente não podemos aceitar. Portanto todos os Municípios presentes expressaram a vontade de ter uma voz ativa e coordenada, não só junto do Governo, mas sobretudo junto dos Operadores para a criação deste passe intermodal. Por fim também sou obrigada a dizer que, tal como já tinha sido abordado antes das eleições, na Câmara não existe por enquanto nenhum trabalho consolidado, nenhuma proposta consolidada, para a renovação destes contratos públicos. Nós sabemos que havia aqui também sempre aquela questão, que isto era competência da Área Metropolitana de Lisboa, queremos lembrar que houve Municípios nomeadamente Lisboa e Cascais que pediram para si essa responsabilidade da AML. Almada decidiu não o fazer mas, quer dizer, não pode por um lado confiar à AML a função ou o dever de negociar os contratos e depois dizer mal da AML porque ela não negocia os contratos, sendo que Almada não se pronunciou de alguma forma que eu tenha por enquanto encontrado. Sabemos que a DECAM tem vários estudos, mas não há nenhuma proposta consolidada, nem sequer esboçada, para a renovação destes contratos de concessão, que é algo que eu lamento profundamente. A única coisa que está de facto em arquivo na Câmara que é algo que será certamente muito interessante, é curiosamente uma proposta dos próprios TST para a renovação do contrato de concessão dos TST. Sem que o anterior Executivo tenha feito algum exame, crítica, a essa proposta, portanto nós faremos, estou certa que essa proposta terá pontos positivos, mas isto é um concurso internacional e o que importa é



ter tão breve quanto possível, porque o tempo urge. Esta proposta de revisão do contrato de concessão deveria estar a terminar agora, em dezembro de 2017, para podermos lançar o concurso a tempo para ter a nova concessão pronta em dezembro de 2019, que é quando acabam estes contratos.

Dito isto também obviamente no caso desta moção não posso senão concordar com os termos em que ela é feita. Não haja duvida, o transporte público em Almada é uma prioridade, a mobilidade em Almada é uma prioridade, o trabalho junto à AML será certamente muito favorável, vimos com muito bons olhos aliás o regresso de Lisboa que assumiu a Presidência à AML, portanto o regresso desta discussão conjunta, vimos ainda com melhores olhos o entendimento de todos os autarcas da Área Metropolitana para podermos ter aqui uma posição coordenada, e isto é uma questão de tal maneira fulcral para nós e para este Executivo, que eu própria desde inicio quis assumir o pelouro da mobilidade que, acho, é uma questão maior deste Município.”

6.5.2.2 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós compreendemos os tempos estão estabelecidos regimentalmente e, portanto, nós não vamos desrespeitar e deixamos a nossa intervenção para amanhã.”

6.5.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, sobre esta questão dos transportes o Bloco de Esquerda sente a necessidade de aqui recordar aquela que foi a nossa proposta durante a campanha eleitoral. E dizer que isto não é apenas um problema de bilhética ou de passe social, é um problema de bilhética e de passe social naturalmente, mas tem mais problemas, nós não queremos esta concessão, não queremos estas concessões que têm sido ruinosas, têm-se revelado ruinosas, que não servem as pessoas, e há neste momento instrumentos legais que podem contornar essa questão da concessão e pode ser a própria autarquia a constituir-se como um operador e fazer uma associação com outros Municípios, e essa sim, para nós, para o Bloco de Esquerda é a proposta que irá ao encontro das melhores necessidades das populações, que melhor as irá servir e será por esta proposta que nós nos iremos continuar a bater.”

6.5.2.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria só esclarecer, porque de facto não disse na minha intervenção de há pouco, que neste momento todas as possibilidades estão em cima da mesa, todas. Mesmo ao nível da Área metropolitana, e isso é uma das questões que se tem falado e que se falou muito claramente na Área Metropolitana, apesar das diferenças de cada Município, portanto não



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

vamos confundir as coisas, neste momento a reflexão que nos foi pedida a cada autarca, para levarmos em cima da mesa, é todas as possibilidades.”

6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra, e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado os seguintes resultados:

6.6.1 - A Moção-Deliberação “Em reconhecimento da ação dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Almada” foi aprovada, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por unanimidade e o ponto 3 aprovado por maioria, com 25 votos a favor dos deputados municipais da CDU, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU, e 13 votos contra dos deputados municipais eleitos pelo PS, incluindo os Presidentes de Junta eleitos por este Partido;

6.6.2 - A Moção-Deliberação “Os Incêndios Florestais - Solidariedade com as Populações” foi aprovada por unanimidade;

6.6.3 - A Recomendação “Sobre a Necessidade de Intervenção em Dois Painéis de Arte Pública” foi aprovada por unanimidade;

6.6.4 - O “Voto de Condenação pelo Reconhecimento de Jerusalém como Capital do Estado de Israel pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump” foi aprovado por maioria, com 32 votos a favor dos deputados municipais eleitos pelo PS, CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS e CDU, e 6 votos contra, dos deputados municipais eleitos pelo PSD e CDS-PP;

6.6.5 - A Moção-Deliberação “Pela Reposição dos Órgãos Autárquicos nas Onze Freguesias do Concelho de Almada” foi votada ponto por ponto, tendo sido rejeitados os pontos 1 e 3, que recolheram 18 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU e BE, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU, 19 votos contra, dos eleitos pelo PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS, e a abstenção da Deputada Municipal eleita pelo PAN. O ponto 2 foi aprovado por maioria, com 32 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, PS, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU e pelo PS, 5 votos contra dos deputados municipais eleitos pelo PSD e uma abstenção do deputado municipal eleito pelo CDS-PP.

6.6.6 - A Moção “Quartel da GNR Caparica/Trafaria”, foi aprovada, tendo os pontos 1, 3 e 4 sido aprovados por unanimidade e o ponto 2 obtido 25 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU e 13 abstenções, dos deputados municipais eleitos pelo PS, incluindo os Presidentes de Junta eleitos por este Partido;

6.6.7 - A Moção “Terminal Fluvial de Cacilhas” foi aprovada por unanimidade;

6.6.8 - A Moção-Deliberação “Solidariedade com o Povo da Palestina. Não ao Reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como Capital de Israel” foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor dos



deputados municipais eleitos pelo PS, CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS e CDU, e 6 votos contra, dos deputados municipais eleitos pelo PSD e CDS-PP;

6.6.9 - A Moção-Deliberação “Falta de Qualidade e Segurança nos Transportes Públicos. Não aos Aumentos de Preços Anunciados pelo Governo” foi aprovada, tendo o ponto 1 obtido 25 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU, e 13 votos contra, dos deputados municipais eleitos pelo PS, incluindo os Presidentes de Junta eleitos por este Partido. Os pontos 2, 3 e 4 foram aprovados por unanimidade;

6.6.10 A Moção-Deliberação “Pela Modernização do Arsenal do Alfeite e sua Reintegração na Marinha” foi votada ponto por ponto, tendo sido rejeitado o ponto 1, que recolheu 18 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU e BE, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU, 19 votos contra, dos eleitos pelo PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS, e a abstenção da Deputada Municipal eleita pelo PAN. O ponto 2 foi aprovado por maioria, com 37 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, PS, PSD, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU e pelo PS, e uma abstenção do deputado municipal eleito pelo CDS-PP;

6.6.11 - A Moção-Deliberação “Pela Gestão Pública dos CTT, em Defesa do Serviço Público Postal” foi votada ponto por ponto, tendo sido rejeitado o ponto 1, que recolheu 19 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU e 19 votos contra, dos eleitos pelo PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS tendo o Presidente da Mesa usado o voto de qualidade. O ponto 2 foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor dos deputados municipais eleitos pela CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pela CDU, 6 votos contra dos deputados municipais eleitos pelo PSD e CDS-PP e 13 abstenções dos deputados municipais eleitos pelo PS, incluindo os Presidentes de Junta eleitos por este Partido;

6.6.12 - A Moção-Deliberação “Saudação ao 40.º Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa” foi aprovado por unanimidade;

6.6.13 - A Moção “Associação Nacional dos Municípios Portugueses” foi aprovada, tendo o ponto 1 sido aprovado por unanimidade e o ponto 2 obtido 32 votos a favor, dos deputados municipais eleitos pelo PS, CDU e PSD, incluindo os Presidentes de Junta eleitos pelo PS e CDU, 4 votos contra, dos deputados municipais eleitos pelo BE e 2 abstenções, dos deputados municipais eleitos pelo PAN e CDS-PP;

6.6.14 - O Voto de Saudação “Pela Atribuição do Prémio Personalidade do Ano, atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal, à ACCA” foi aprovado por unanimidade;

6.6.15 - O Voto de Saudação “Pelo Apuramento do Cova da Piedade para os Quartos-de-Final da Taça de Portugal em Futebol” foi aprovado por unanimidade;



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6.6.16 - O Voto de Saudação “Delegação e Ponto de Entrega da Cooperativa Fruta Feia em Almada” foi aprovado por unanimidade;

6.6.17 - A Recomendação “Lugares de Estacionamento Privativo para Pessoas com Deficiência” foi aprovada por unanimidade, tendo a Sr.^a Deputada Municipal proponente aceitado o pedido de alteração apresentado pelo PSD de substituição no último parágrafo da expressão “com deficiência” por “com mobilidade reduzida”;

7. Tendo-se concluído a votação das moções, deliberações e demais votos às 0.30 horas, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 22 de dezembro, pelas 21.15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores Senhores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 50 Srs. Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____